

**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



**ANCELMO ANTONIO DE ALMEIDA ARAÚJO**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: UMA PERCEPÇÃO  
ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO E  
PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PRATICADA NO CARIRI  
ORIENTAL E OCIDENTAL PARAIBANO**

**ASUNCIÓN - PY**

**2016**



**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: UMA PERCEPÇÃO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PRATICADA NO CARIRI ORIENTAL E OCIDENTAL PARAIBANO**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em educação, da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. MSc. Thiago César Farias da Silva

**ASUNCIÓN - PY**

**2016**

**Catálogo na fonte:**

Jônatas Souza de Abreu, Ms. CRB4-1823

A658p

Araújo, Ancelmo Antônio de Almeida.

A percepção e o grau de participação da gestão escolar democrática na educação básica no cariri oriental e ocidental paraibano / Ancelmo Antônio de Almeida Araújo. – Campina Grande, PB: O autor, 2015.

92 f.:il. Color. 21 x 27,9 cm.

Orientador: Prof. MSc. Thiago César Farias da Silva.

Dissertação (Mestrado em ciências da educação e multidisciplinaridade) – Faculdade do Norte do Paraná, FACNORTE, 2015.

Inclui bibliografia e apêndices.

1. Educação. 2. Gestão Escolar Democrática. 3. Cariri Paraibano. I. Silva, Thiago Cesar Farias da. (Orientador). II. Título.

CDU 373.3:930 (813.4) (043.3)



ANCELMO ANTONIO DE ALMEIDA ARAÚJO

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: UMA PERCEPÇÃO ATRAVÉS DOS  
INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA PRATICADA NO CARIRI ORIENTAL E OCIDENTAL PARAIBANO**

DISERTAÇÃO APROVADA EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profº.MSc. Thiago César Farias Silva**  
**Orientador**

---

**Profº.Dr.º Ismael Fenner**  
**Membro Avaliador**

---

**Profº. Drº Carlino Iván Morinigo**  
**Membro Avaliador**

---

**Profª.Drª Susana M. Barbosa G.**  
**Membro Avaliador**

**ASUNCIÓN - PY**

**2016**

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, por me guiar com sua luz divina, permitindo a concretização de mais uma realização pessoal.

Aos meus pais (*in memoriam*), pelas oportunidades a mim concedidas, pela confiança depositada em minha pessoa e pela dedicação, pois estiveram sempre presentes nas horas difíceis de minha vida.

À minha esposa, Simone Araújo de Almeida, e aos meus filhos, Alberto Araújo de Almeida e Alessandro Araújo de Almeida, que sempre me deram alegria e força para concluir este curso.

À coordenação do Curso de Mestrado, por sua dedicação e empenho, buscando sempre o engrandecimento do nosso curso.

A todos os docentes do Curso de Mestrado em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade, por compartilharem comigo grande parcela dos seus conhecimentos.

Ao orientador desta dissertação, Prof. Thiago Silva, pela sua dedicação e paciência.

A todos os colegas de sala, pelos momentos e expectativas vividos durante as aulas.

Enfim, a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

*Às vezes, o que pensamos está tão próximo...Passamos, olhamos, mas não enxergamos, não basta apenas olhar. É preciso saber olhar com os olhos, enxergar com o coração. O primeiro passo para existir é imaginar. O segundo é nunca se esquecer de que querer fazer é poder fazer, basta acreditar.*

**Pedro Bial.**

## RESUMO

A gestão escolar democrática nas escolas é um tema bastante relevante. Mesmo antes da publicação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei Federal nº 9.394/96), havia um entendimento de que a sociedade precisaria participar no desenvolvimento da educação brasileira, garantido assim o direito humanitário e igualitário instituído pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205). Contudo, a implantação deste modelo de gestão não é fácil! Do ponto de vista prático, é necessário que exista na escola uma equipe técnica multidisciplinar, extremamente integrada e consciente do seu papel, que motive os diferentes atores estratégicos, e saiba desenvolver uma comunicação clara, inclusiva e que auxilie no pertencimento. Outro fator relevante é que os mecanismos desta integração devem respeitar a territorialidade, podendo alguns métodos obterem sucesso em uma determinada região e não obterem êxito em uma outra. Para entender a aplicabilidade da gestão democrática no Cariri Paraibano (Oriental e Ocidental), foram pré-estabelecidas escolas de 06 (seis) municípios a serem investigadas. Estes, tiveram como critério de seleção sua localização dentro da microrregião, objetivando cobrir seu centro e extremos. Em cada um deles, 01 (uma) escola foi selecionada para aplicação de questionários estruturados. Os entrevistados foram pré-categorizados, tendo questionamentos específicos para cada uma delas. Para as categorias de quantitativo elevado (estudantes), a amostra foi estabelecida utilizando um percentual mínimo de 45% sobre o universo existente. Para manter a aleatoriedade, se aplicou o sorteio de indivíduos a serem entrevistados. Os resultados demonstraram que a comunidade escolar pouco conhece sobre legislação na área da gestão democrática da educação e a ausência deste conhecimento, por parte dos atores estratégicos, dificulta o desenvolvimento dos trabalhos coletivos nas escolas, indo ao desencontro do que propunha Alexander Neill, com sua pedagogia liberária (GAUTHIER e TARDIF, 2010). Somado a isto, as escolas pesquisadas tiveram seus documentos técnicos de planejamento (Plano Político Pedagógico) construídos de forma não participativa, o que dificulta ainda mais sua aplicabilidade. Com esse resultado, percebe-se que o funcionamento dessas escolas torna-se falho, a comunicação entre os entes que formam a comunidade escolar não está eficiente, o que reduz a construção de indivíduos socialmente conscientes. Então, uma mudança sólida deste cenário é fundamental para a redução da situação atual. A comunidade escolar deve estar unida – através do diálogo contínuo e de uma comunicação eficaz – para suprir as necessidades da instituição, de modo que ofereça diferentes estratégias de fazer educação.

**Palavras-Chave: Educação, Gestão Escolar Democrática, Cariri Paraibano.**

## ABSTRACT

The democratic school management in schools is a very important issue. Even before publication of the Law of Directives and Bases of Brazilian Education (Federal Law No. 9.394 / 96), there was an understanding that the company would need to participate in the development of Brazilian education, thus ensuring the humane and equitable duty imposed by the Brazilian Federal Constitution 1988 (Art. 205). However, the implementation of this management model is not easy! From a practical point of view, there needs to be in school a multidisciplinary technical team, highly integrated and conscious of its role, which motivate the different strategic actors. Another relevant factor is that the mechanisms of integration must respect the territoriality, some methods may be successful in a particular region and not achieve success in another. To understand the applicability of democratic management in ParaíbaCariri (East and West), schools have been pre-established six (06) municipalities to be investigated. These have had as selection criteria its location within the micro region, aiming to cover its center and extremes. In each of them, one (01) school was selected for application of structured questionnaires. Respondents were pre-categorized, with specific questions for each of them. For the categories of high quantity (students), the sample was established using a minimum percentage of 45% on existing universe. To keep the randomness, it applied the draw of individuals to be interviewed. The results showed that the school community knows little on the amendment to the democratic management of education and the absence of this knowledge, by the strategic actors, hinders the development of collective work in schools, going to the mismatch of proposing Alexander Neill, with its libertarian pedagogy (GAUTHIER and Tardif, 2010). Added to this, the schools surveyed had their technical planning documents (Political Pedagogical Plan) constructed of non-participatory manner, which further complicates its applicability. With this result, we can see that the functioning of these schools becomes flawed, reducing the efficiency of the construction of socially conscious individuals. Then, a solid change this scenario is critical to reducing the current situation. The school community must be united to meet the needs of the institution, so that it offers different strategies to make education.

Keywords: Education, Democratic school management, Cariri Paraíba.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição dos segmentos da amostra.....	36
TABELA 2 - Distribuição dos segmentos da amostra.....	40
TABELA 3 - Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Santo André/PB.....	48
TABELA 4 - Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Coxixola/PB.....	49
TABELA 5 - Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Assunção/PB.....	49
TABELA 6 - Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Sumé/PB.....	50
TABELA 7 - Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Caraúbas/PB.....	51
TABELA 8 - Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Cabaceiras/PB.....	51
TABELA 9 - IDEB Observado (IDEB) nos Municípios de Assunção, Cabaceiras, Caraúbas, Coxixola, Santo André.....	52
TABELA 10 - Distorção Idade/Série das Escolas Estudadas nestes municípios durante 06 anos.....	53

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Percentagem dos participantes da pesquisa que tem conhecimento sobre a presença do Conselho Escolar (CE).....	41
GRÁFICO 2 - Percentagem dos participantes da pesquisa da comunidade que conhece os membros do conselho de sua escola.....	41
GRÁFICO 3 - Percentagem dos participantes da pesquisa da comunidade que conhece a presença do Regimento Interno (RI) da escola.....	42
GRÁFICO 4 - Percentagem dos participantes da pesquisa da comunidade que conhece a presença do Projeto Político Pedagógico-PPP da escola.....	42
GRÁFICO 5 - Percentagem dos participantes da pesquisa da comunidade na elaboração dos direitos e deveres da escola.....	43
GRÁFICO 6 - Percentagem dos participantes da pesquisa que tem conhecimento sobre a legislação escolar.....	43
GRÁFICO 7 - Ciente da função como conselheiro escolar.....	44
GRÁFICO 8 - Como os conselheiros estão motivados em participar do conselho.....	44
GRÁFICO 9 - Situação do Conselho Escolar na participação financeira e pedagógica da escola.....	45
GRÁFICO 10 - Interesse do conselho em participar das decisões de funcionamento da escola.....	45

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Modelo para obter as características referente aos dados das escolas.....	38
QUADRO 2 - Modelo para obter a quantidade de pessoas que fazem parte da comunidade escolar.....	38
QUADRO 3 - Opinião dos professores sobre o funcionamento do Conselho Escolar.....	46
QUADRO 4 - Opinião da comunidade escolar sobre a construção do Projeto Político Pedagógico - PPP.....	46
QUADRO 5 - Opinião da comunidade escolas sobre a construção do Regimento Interno na escola.....	47
QUADRO 6 - Grau de conhecimento da comunidade escolar sobre legislação em gestão democrática na educação.....	47

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa do cariri oriental.....	32
FIGURA 2 - Mapa do cariri ocidental.....	32
FIGURA 3 - Foto 1 da E.M.E.I.E.F Fenelon Medeiros- Santo André-PB.....	33
FIGURA 4 - Foto 2 da E.E.E.F.M Honorato Sobrinho- Coxixola-PB.....	33
FIGURA 5 - Foto 3 da E.M.E.I.E.F Gonçala Rodrigues de Freitas - Sumé-PB.....	33
FIGURA 6 - Foto 4 da E.M.E.I.E.F Alice Jorge da Silva - Caraúbas - PB.....	34
FIGURA 7 - Foto 5 da E.M.E.I.E.F Jaime Ferreira Tavares - Assunção - PB.....	34
FIGURA 8 - Foto 6 da E.M.F.E.E.M Abdias Aires de Queiroz - Cabaceiras - PB.....	34

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ANDES	Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior
ANFOPE	Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação
APMF	Associações de Pias e Mestres e Funcionários
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional Para o Desenvolvimento
CF	Constituição Federal
CE	Conselho Escolar
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GE	Grêmio Estudantil
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes de Bases da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PB	Paraíba
PME	Plano Municipal de Educação Básica
PNE	Plano Nacional de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Objetivos.....	15
1.2	Justificativa.....	15
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	Breve Histórico da Gestão Escolar Democrática.....	17
2.2	Legislação Educacional.....	20
2.3	Bases da Gestão Democrática.....	27
3	MATERIAIS E MÉTODOS .....	32
3.1	Tipo de Estudo.....	32
3.2	Local de Estudo– Municípios e escolas do Cariri Oriental e Ocidental Paraibano.....	32
3.3	Amostra.....	35
3.3.1	Fatores de Inclusão.....	36
3.3.2	Fatores de Exclusão .....	36
3.4	Instrumento para Obtenção dos Dados Primários.....	36
3.5	Procedimentos de Coleta de Dados.....	38
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	40
4.1	Caracterização da Amostra.....	40
4.2	Gestão Democrática na Escola e o Grau de Participação.....	40
4.3	Gestão Democrática e a Visão da Comunidade Escolar.....	45
4.4	Análise Segundo Indicadores do MEC.....	48
5	DISCUSSÃO .....	55
6	CONCLUSÃO.....	65
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66
	APÊNDICE .....	68

## 1. INTRODUÇÃO

A gestão escolar democrática nas escolas é um tema bastante relevante. Mesmo antes da publicação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei Federal nº 9.394/96) existia um entendimento de que a sociedade precisaria participar no desenvolvimento da educação brasileira, assegurando assim o direito humanitário e igualitário instituído pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205 e 206). Contudo, a implantação deste modelo de gestão não é fácil, precisa de competência dos que fazem educação.

Do ponto de vista prático, é necessário que exista na escola uma equipe técnica multidisciplinar, extremamente integrada e consciente do seu papel, que motive os diferentes atores estratégicos: estudantes, pais, funcionários etc, que compõem a comunidade escolar. Outro fator relevante é que os mecanismos desta integração devem respeitar a territorialidade, podendo alguns métodos terem sucesso em uma determinada região, e não obterem em outra. Desta maneira, esta pesquisa busca entender a percepção da gestão escolar democrática no Cariri paraibano (Oriental e Ocidental) a fim de compreender seu funcionamento e as inter-relações entre a comunidade escolar, buscando propor melhorias dos mesmos.

Um dos autores que abordam o novo modelo de fazer educação sob influência das propostas internacionais é Marcelo Silva, UFU-MG, ele afirma que o sistema de educação é influenciado pelas propostas internacionais e que, com este posicionamento, o modelo brasileiro de educação não seguiu um método natural para desenvolver a educação do seu país. Segundo Gramsci (2001), os órgãos deliberativos precisam fazer um trabalho coletivo com a participação da comunidade, assim, possivelmente se entende que as decisões dentro da escola com a participação de todos poderão ser positivas para o avanço da educação.

Paro (2001), por sua vez, afirma que os conselhos escolares precisam ser explorados para desenvolver a sua potencialidade, então, neste processo a mesma faz considerações que são de fundamental importância ao trabalho do Conselho Escolar. Para Auxiliadora (2004), o período entre 1980 e 1990 as afirmações são esclarecedoras sobre gestão democrática época em que acontecia a transição de uma escola tradicional e democrática, sendo uma grande mudança na história da educação brasileira.

Segundo Dourado (2006), a luta dos trabalhadores em educação pública de qualidade foi positiva dando oportunidade para a participação de todos. Já Neill (1912), diz que o objetivo da escola é proporcionar o desenvolvimento de seres humanos livres e motivados por seus interesses; o que só é possível numa condição de liberdade. Por isso, como estes atores

de várias obras evidenciam, é uma questão de aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Estes autores se destacam pelo pensamento coletivo e colaborativo em discurso democrático, apresentando luzes para um bom desempenho na educação da atualidade, já que vivemos um novo tempo, de novas conquistas perante a humanidade. Baseando-se nestes autores é que esta pesquisa apresenta um espírito de trabalho e dedicação, afim de contribuir com as nossas escolas públicas do Cariri Oriental e Ocidental paraibano.

A iniciativa desse projeto entre professores, funcionários, gestores, conselheiros escolares e alunos sobre a temática Gestão Escolar Democrática do Cariri Oriental e Ocidental paraibano, baseia-se nos dados coletados através de questionários.

## **1.1 Objetivos**

### **Geral**

- Entender como os instrumentos da gestão democrática se torna aplicável na educação básica praticada no Cariri Paraibano (Oriental e Ocidental) a partir da comunicação dos gestores e a comunidade escolar.

### **Específicos**

- Identificar o grau de participação e percepção da gestão democrática na escola pública investigada a partir da instauração nos canais de comunicação estabelecidos;
- Avaliar o nível de entendimento da comunidade escolar sobre os instrumentos legais no âmbito da gestão educacional;
- Investigar o desenvolvimento dos processos coletivos, de comunicação e gestão democrática no ambiente escolar;
- Analisar a situação que se encontra as escolas em relação ao conhecimento dos instrumentos legais que permitem seu funcionamento à luz da gestão participativa;

## **1.2 Justificativa**

A abordagem da Gestão Democrática na Educação Pública é um desafio nas escolas, pois a comunidade escolar formada por gestores, professores, funcionários, alunos, pais e o próprio Conselho Escolar pouco entende sobre o mesmo. Deantemão, para que esta temática pudesse ser debatida de uma forma mais sólida, foi realizada uma pesquisa com os principais atores da comunidade escolar. Esta iniciativa se deu por conta das instituições escolares possuírem elementos como Conselho Escolar, Regimento Interno e Projeto Político-Pedagógicos-PPP e de fato as administrações escolares em sua maioria pouco conhecerem a função e importância dos mesmos, fazendo com que esses documentos sejam engavetados sem possuírem nenhum sentido.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Breve Histórico da Gestão Escolar Democrática**

A história das políticas educacionais nos anos 90 de certa forma, foi um ponto de partida com a globalização dando sentido à qualidade da educação e isso vem alavancando há décadas, novas discussões em nível de municípios, estados e distrito federal sendo abordada nos sistemas de ensino público.

É nesse período, também, que os organismos internacionais passam a difundir ideias, através de diagnósticos, análises e propostas de possíveis soluções, tanto na área de educação quanto na economia. As políticas educacionais brasileira foram, assim, fortemente influenciadas por essas propostas internacionais. Delineava-se novas formas de regulação e gestão no contexto da educação brasileira. (SILVA MARCELO,UFU-MG)

Neste sentido, ele afirma a grande influência no mercado internacional sobre a educação brasileira quanto à economia. As contribuições das políticas educacionais para o funcionamento da gestão democrática e as estruturas físicas das instituições de ensino evidentemente têm avançado, embora pouco vistas por parte dos educadores das redes de ensino. Assim, um dos argumentos para o não crescimento da qualidade da educação são os recursos que insuficientes para o funcionamento pedagógico e físico das escolas.

Para que uma escola funcione bem supostamente é preciso um grupo unido em uma escola. Órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos “orgânicos”: o deliberativo, que lhes é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar decisões são inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente. (GRAMSCI, 2001, p.34).

Na medida em que se conseguimos a participação de todos os setores da escola: educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de

autonomia e de recursos. A esse respeito vejo no conselho de escola uma potencialidade a ser explorada. (PARO, 2001, p. 12).

As instituições têm uma história bastante significativa, os relatos de pessoas que fizeram parte de um presente em vida escolar relatam testemunhos que precisam ser refletidas, todos os fatos educativos são históricos, configurações específicas os precedem, tramas de encaminhamentos são tecidos ao longo do tempo. Isso significa que uma historicidade reflexiva acompanha todos os estudos relacionados à educação, mesmo que seja orientado preferencialmente para o presente e o futuro Justino Magalhães, em seminários sobre História das instituições Educativas (2001).

Para Auxiliadora (2004, p.2), contornando as políticas educacionais no contexto brasileiro, de 1980 a 1990, período este que a educação passou por uma transição de discussão vivenciada desde um primórdio autoritário para uma democracia de oportunidades aos cidadãos brasileiros.

Mais adiante, o argumento de Auxiliadora (2004, p.2) afirma que o período dos anos 80/90 tem suas marcas traduzidas por uma política de cunho imperialista, que se sustenta forjado de pseudo-democracia.

A educação tendo em vista uma diversidade de fatores pode ser considerada um período curto, os profissionais da educação, por virem de um sistema centralizador enfrentam dificuldades inúmeras, gerando um trabalho ignorado e alinhado em pensamentos fora da realidade atual.

O Artigo: A Gestão Democrática da Educação Brasileira afirma:

O modelo de descentralização da educação que hoje vivenciamos vem sendo produzido desde a década de 1980, justificando-se a necessidade de uma mudança na forma de gerir os sistemas de educação, no cenário nacional, e internacional (AUXILIADORA.2004.p.3).

Então, neste sentido pode se fundamentar que a centralização da educação foi destacada em vários aspectos, pois o domínio da política educacional a partir da década de 80 desvinculou uma educação autoritária dando oportunidade para que as sociedades em suas classes pudessem participar dos seus direitos e deveres.

Para esta conquista foi preciso organização da luta dos que defendiam a educação brasileira, pois na década 1990 o país vivenciou uma política dos presidentes, Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.<sup>1</sup>

A LDB Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/96)<sup>2</sup> em seus princípios nos garante uma gestão democrática, fato que configura um grande avanço da educação brasileira. A CF (Constituição Federal-1988) em seu documento oficial apresenta todo regulamento garantindo aos estados e aos municípios estabelecerem em suas instituições de ensino a elaboração de seus regimentos para o funcionamento da educação graças os princípios da legalidade.

O Brasil atualmente está passando por um momento de grande responsabilidade quando se trata da aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação) documento que esteve em tramitação no Congresso Nacional desde 2010 segundo portal, [www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br).

A Câmara dos Deputados, desde o dia 20 de dezembro de 2010, o PL (Projeto de Lei) 8.035/10, que institui o PNE (Plano Nacional de Educação) para o decênio 2011-2020. O PL tramita em Comissão Especial, mas como forma de contribuir para o debate em torno de um projeto que orientará toda a política educacional do país até 2020, a Comissão de Educação e Cultura disponibilizará, neste espaço, as propostas de emendas apresentadas por entidades da sociedade civil.

Neste processo histórico que o país está vivenciando agora com o projeto de nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Presidenta Dilma Rousseff (2010-2014). Como foi mencionado depois de quase 4 anos em tramitação, só a partir do ano 2014 é que entra em vigor e os estados e municípios têm obrigação de elaborar seus PME (Plano Municipal de Educação) PE (Plano Estadual de Educação).

O período foi de um ano, sendo contado a partir da data de publicação da lei nº13.005 de 25 de junho de 2014, a fim de que seja planejada uma nova década da educação com a integração da comunidade, como Conselhos Escolares, Conselho Municipal de Educação, Conselho da Criança e Adolescente, Conselho do FUNDEB, Conselho Tutelar, Professores, Funcionários, Pais, Alunos, etc.

---

<sup>1</sup>A década de 1990 caracterizou-se por um amplo processo de reformas. No campo da política brasileira, as orientações legais foram redesenhadas em função dos diferentes momentos administrativos diferenciados, a saber: as gestões dos presidentes Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

<sup>2</sup>Dos Princípios e Fins Nacional, em seu Art. 3º, VIII- gestão democrática do ensino público desta Lei e Legislação dos sistemas de ensino (SAVIANI, 1997).

Tendo em vista que a gestão democrática é a participação de todos os segmentos da sociedade, evidentemente, existe a necessidade dos estados e municípios depois de terem, através das metas e estratégias elaborado seus planos, possam assumir o compromisso de segui-los neste período.

Percebendo que as leis que garantem a gestão democrática não são recentes, exemplos disso: a LBB 9.394/96 e a Constituição de 1988, as dificuldades ainda existem em todas as esferas nacionais. Então é preciso que os órgãos responsáveis sejam conscientes e tenham um mínimo de sensibilidade para mobilizar e incentivar todos os segmentos da sociedade a participar da elaboração desses documentos.

Desde o princípio da humanidade que o homem tem se modelado com suas conquistas da educação, mas por enfrentar, às vezes, barreiras devido a posição que assume na sociedade se torna às vezes fraco, sem estímulo e sem força de vontade para ser mais um a contribuir nas decisões.

Então, na história da educação brasileira nesta nova década do século XXI, entre tantos fatores de avanços e retrocessos, a educação está dando mais um passo neste novo tempo, e, obviamente tem que dar a volta por cima, tendo como indispensável o funcionamento da gestão democrática na educação, para que as escolas possam se organizar com: espaço físico adequado, profissionais de educação preparados, valorização dos profissionais da educação, formação continuada para os profissionais de educação, universalização do ensino na educação básica e superior, entre outros.

Mas, é diante de tantas responsabilidades que pode se tornar entalpia, isso depende dos construtores dos projetos, pois nele é preciso discussões, objetividade, decisões coletivas para que entre 2015 e 2025 seja favorecida a maioria, pois diante de qualquer situação os resultados serão para a comunidade escolar.

## **2.2 Legislação Educacional**

A gestão democrática está assegurada nos princípios da LDB, lei De Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 e a Constituição Federal de 1988. As leis garantem em parte em seus artigos e incisos, autonomia na organização e funcionamento dos sistemas de ensino público.

Segundo a LDB Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – nº 9.394/96, cujos artigos 14 e 15 contêm as seguintes determinações:

Art.14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;II Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes(...).

Art. 15- Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e gestão financeira observadas às normas de direito financeiro público.

Neste sentido, afirma que em uma gestão democrática, toda a comunidade escolar pode e deve participar das decisões das propostas pedagógicas e administrativamente, dessa forma propiciará autonomia aos inseridos no processo educativo.

Para uma gestão democrática com órgãos colegiados neste contexto, são exemplos de representações como: a Associações de Pais e Mestres e Funcionários – APMF, o Grêmio Estudantil, o Conselho de Classe, o Conselho de Alunos Representantes da Sala, O Conselho Escolar. Eles devem ter funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, de modo que possam dirigir e avaliar todo o processo de gestão escolar, e não apenas funcionar como instância de consulta. (LUCÉ, 2004, p.03).

O princípio de gestão democrática segundo Dourado (2006, p.48-52):

(...) faz parte da história de luta dos trabalhadores em educação e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade, social democrática. Em diferentes momentos, tais lutas se travaram para garantir maior participação dos trabalhadores em educação nos destinos da escola, no fortalecimento dos conselhos escolares, na definição do projeto político-pedagógico, na defesa da eleição de diretores, da autonomia escolar e de um crescente financiamento público’.

Esta afirmativa, historicamente, apresenta uma contextualização dos diversos segmentos da sociedade, buscando o seu direito ao longo de um período onde as participações dos segmentos da sociedade buscam a qualidade na educação, por meio de uma gestão participativa e coletiva.

Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do oprimido* argumenta seu pensamento sobre o homem: É importante reenfatar que o tema gerador não se encontra nos homens isolados da realidade, tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas

relações homens-mundo (FREIRE. P.144). Neste sentido o homem busca entender aquilo que ele presencia em sua realidade no espaço de convivência com o seu meio.

Cada pessoa deve ser considerada elemento em desenvolvimento social através de sua capacidade, os grandes pensadores afirmam sobre as concepções das pessoas como elas são. Uma comunidade escolar não pode ser vista como ambiente de decisões isoladas, visto que todos têm a capacidade de contribuir com a sua visão de acordo com o seu grau de intelectualidade; Vygotsky faz a seguinte afirmação:

As concepções de Vygotsky sobre o funcionamento do cérebro humano fundamentam-se em sua ideia de que as funções psicológicas superiores são construídas ao longo da história social do homem. Na sua relação com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvido culturalmente, o ser humano cria as formas de ação que os distinguem de outros animais. Sendo assim, a compreensão do desenvolvimento psicológico não poder ser buscada em propriedades naturais do sistema nervoso (VYGOTSKY.1992, p.24).

Assim todo processo de desenvolvimento do ser humano tem verdades a ser consideradas, por outro lado, a educação é formada por pessoas que estruturalmente se distinguem de outros animais por serem sentimentais e racionais, assim, através do seu sistema nervoso ele é capaz de contribuir com o espaço em que convive por meio de suas emoções.

Então, o espaço escolar é construído por pessoas que têm capacidade de construir um ambiente participativo, pois é através da coletividade no sistema educacional que a educação pode se tornar de qualidade.

Paulo Freire afirma em seu livro “Pedagogia da Esperança” que em primeiro lugar, defende a presença de alunos, pais de alunos, mães de alunos, de vigias, merendeiras e de zeladores nos estudos que resultarão na programação dos conteúdos das escolas... (p.111).

Estes conteúdos citados são maneiras e gestos que os sistemas de ensino público deve se organizar para uma administração democrática, onde todos aqueles que compõem a educação não sejam centralizados apenas em membros de uma instituição que se diz dona das decisões.

Entre os documentos norteadores de uma gestão democrática, existe o Projeto Político Pedagógico-PPP, sendo considerado um dos primeiros instrumentos para a organização de um trabalho pedagógico para as atividades da escola. Segundo Dourado, para a definição de sua própria organização pedagógica (2006, P.56).

O Regimento escolar é um documento para as escolas, sendo amparado legalmente pelas Constituições Federal e Estadual e nos pareceres normativos do Conselho Estadual de Educação, que neles sintetizam o Projeto PolíticoPedagógico-PPP e lhe confere um embasamento legal no sentido que a escola seja aclamada com boas ações e desempenho pelos que a compõem.

Desde que uma comunidade escolar for pensada e olhada através de um Projeto PolíticoPedagógico-PPP como o Regime Escolar percebendo que a sua participação foi inserida em suas propostas, metas e ações, obviamente o comprometimento e daquilo que cada um ajudou a construir será mais fácil de executar por meio de um trabalho prazeroso.

De acordo com a Constituição Federal em artigo 27,

[...] a administração pública direta, indireta e funcional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência [...]. (BRASIL, 1998, p.39).

Então, a escola pública deve seguir estes princípios, pois a transparência é fundamentada em uma gestão democrática que a constituinte de 1988 nos assegura com clareza e objetividade.

Qualquer cidadão que se envolve na participação de uma gestão, tem de ter um trabalho coletivo, visto que atividades democráticas exigem parceria, discussão e decisão em equipe.

Os documentos citados como Regimento Escolar, Conselho Escolar, Projeto PolíticoPedagógico-P.P.P não devem ser guardados, sendo necessário que a gestão escolar deixe-os à disposição de todos que fazem a escola, para a leitura dos mesmos. Faz-se necessário ainda que sejam sempre revisados e colocados em prática dentro e fora da escola.

Então para Moacyr Gadotti:

A gestão democrática é, portanto, atitude e método, a atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho” (20004, p. 04).

Neste sentido uma gestão democrática não se faz de um dia para outro, pois precisa de dedicação, estudo e prática no trabalho estabelecendo atitude e valores. A comunidade escolar é isso e é preciso tempo para alcançar os objetivos propostos.

Assegurada pelo modelo humanitário igualitário, desenhado na Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205), a educação se apresenta como “direito de todos”. Um direito que deve ser promovido e incentivado para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, pautada nos princípios de “igualdade de condições”, “liberdade de aprendizagem e ensinagem”, “pluralismo de ideias e concepções” para o exercício pedagógico, “gratuidade do ensino público”, valorização dos profissionais da Educação, gestão de ensino democrática; e, por último, mas igual em importância, a “garantia do padrão de qualidade” (art. 205, incisos I a VII) (BRASIL, 2004, p. 126).

No final do século XX e início do século XXI experimenta uma autonomia relativa e parcial, pois, por exemplo, com relação às verbas que vão para as escolas, ao mesmo tempo em que o governo destina recursos financeiros ele define em que esses recursos podem ser aplicados. Isto acaba por causar uma não autonomia.

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação. Portanto, um modelo de gestão democrática participativa tem na autonomia um dos seus mais importantes princípios, implicando a livre escolha de objetivos e processos de trabalho e a construção conjunta do ambiente de trabalho. (LIBÂNEO, 2000: 60)

Nesta perspectiva que a comunidade escolar tem autonomia de administrar os recursos financeiros da própria instituição, podem se tornar um grande passo das políticas educacionais em prol da educação brasileira.

Para isso as representações da sociedade são parceiras importantes na fiscalização, acompanhando a aplicação dos recursos, tornando-se fundamentais na construção de uma educação autônoma e coletiva.

Instância deliberativa e coletiva, que por um lado, não exclui ou nega as responsabilidades legais inerentes aos cargos existentes na escola, e por outro, conta com a contribuição daqueles que participam nas tomadas de decisões. É preciso ter clareza, no entanto, que o essencial é compreender que não é necessário que todos façam tudo, mas que todos decidam juntos, com base na discussão coletiva. (ANTUNES, 2002: 24).

Neste sentido o autor enfatiza a responsabilidade de todos que fazem educação. Ele insiste em afirmar que o compromisso é de todos que fazem a escola. Isto é, precisa-se de espírito de coletividade, pois a divisão de tarefas significa dizer que todos participam e contribuem para um trabalho com êxito.

Com a inovação política do Brasil foi preciso à elaboração de dispositivos legais para que ocorresse a gestão democrática. A própria constituição de 1988 apresenta em seu texto, a necessidade da ocorrência dessa gestão nas instituições públicas, por meio da obrigatoriedade de acesso ao Ensino Fundamental gratuito; inclusive os estudantes que não completaram em idade própria, e da progressiva universalização do Ensino Médio gratuito segundo afirma a colocação presente no Inciso VI, artigo 206, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Artigo 218, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

É bom lembrar as demais constituições que já foram elaboradas no país apresentando em seu texto abordagem sobre gestão democrática conforme a seguir:

A situação descrita, todavia, não pressupõe que as Constituições e Leis de Educação anteriores não versassem sobre a democratização do acesso ao ensino público. A Constituição de 1946, por exemplo, fixou a obrigatoriedade do ensino primário, com duração de quatro anos, e a sua gratuidade nos estabelecimentos oficiais. A Lei de diretrizes e bases de 1961 dispunha que essa obrigatoriedade se daria a partir dos sete anos de idade. Por sua vez, a Constituição de 1969 estabeleceu o ensino primário obrigatório a todos, dos sete aos quatorze anos, sendo gratuito nos estabelecimentos oficiais. A Lei de nº 5.692, de 1971, que reformou a LDB de 61, entendeu ser o ensino primário, o referido na Constituição de 1969, correspondente ao primeiro grau, dobrando o tempo de obrigatoriedade e gratuidade de quatro para oito anos (MENDONÇA, 2000, p.79).

Neste contexto, pode-se observar um processo dinâmico que há várias décadas já vem sendo discutido: a gestão democrática no país na educação pública, dessa maneira, reafirma-se uma luta no cenário brasileiro a favor da participação de todos na educação, afim de melhorias através da participação nas instituições escolares.

Alguns nomes fizeram parte desse processo de democratização do ensino. Segundo Cunha (2005), se inicia com algumas experiências, ocorridas entre os anos de 1977 e 1987, em administrações municipais- como Boa Esperança (ES) Lages(SC), Blumenau (SC) e Piracicaba (SP)-, nas quais a gestão educacional foi marcada pela implantação de mecanismo de participação e descentralização.

O autor ainda aponta experiências de governos estaduais – eleitos em 1982, com fase no Estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, pois as secretarias de Educação foram ocupadas por educadores, com experiências participativas, sendo reconhecidos por lutas pela democracia do Ensino Público.

A democratização do ensino público nas redes educacionais segundo afirma Saviani:

[...] em nível estadual, diversos governos de oposição ao regime militar, eleitos em 1982, ensaiaram medidas de política educacional de interesse popular, destacando-se: Minas Gerais, com o Congresso Mineiro de Educação, o combate ao clientelismo e a desmontagem do privatismo; São Paulo, com a implantação do ciclo básico, o estatuto do magistério, a criação dos conselhos de escola e a reforma curricular; Paraná, com os regimentos escolares e as eleições para diretores; Rio de Janeiro, com os CIEPs, apesar de seu caráter controverso; e mesmo Santa Catarina, onde a oposição não conquistou o governo do estado, mas realizou um congresso estadual de educação que permeou todas as instâncias político administrativas da educação catarinense. (SAVIANI, 1997, p.34).

Neste sentido os sistemas públicos de ensino iniciaram com força para a democratização capaz de mobilizar todos os educadores do país, através de uma participação política, realizada no sentido de promover uma gestão democrática na educação.

A “IV CBE”, realizada em 1986, em Goiânia (GO), obteve um dos maiores efeitos sócio políticos já vistos em relação à democratização da gestão educacional, posto, nela ter havido a elaboração, em sua plenária final, de uma carta que incluía, dentre outros pontos: a defesa do funcionamento autônomo e democrático das universidades, a descentralização da gestão do governo federal para os municípios e estados, e a garantia de: a) controle das políticas de educação pela sociedade civil; b) formas democráticas de participação; c) acesso à educação pelos alunos que não completaram sua formação na idade apropriada; d) laicidade (MENDONÇA, 2000).

Nesta direção a carta tinha um significado relevante para a elaboração da proposta educacional do país e Cunha afirmava:

Duas reivindicações [laicidade e dinheiro público em instituições públicas] foram de grande importância para a montagem da plataforma das entidades populares no Fórum por elas criado para elaborar um documento de unidade que expressasse uma plataforma democrática para a nova constituição. (CUNHA, 2005, p.98)

Nesse sentido, instalou-se a Constituinte para a construção da Carta Magna de 1988, que se consolidou pelo embate das forças políticas que faziam parte da Assembleia com o

movimento organizado dos educadores. Este último, como processo reivindicatório que era, assentava-se sobre duas explicações.

A primeira dizia respeito a uma preocupação com o significado social e político da educação, com a conquista de uma escola pública aberta e democrática a toda a população, sendo representada pelas organizações de caráter acadêmico-científico, como a ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, fundada em 1977 –, o CEDES – Centro de Estudos Educação & Sociedade, de 1978 – e a ANDE – Associação Nacional de Educação, de 1979. E a segunda explicação se justificava pelas preocupações econômicas e corporativas, tendo grande força nas greves dos educadores e sendo representada pelos sindicatos locais e regionais, em torno da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – e da ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (SAVIANI, 1997).

Assim, a situação da Assembleia Nacional Constituinte era um lugar político adequado para defesa das novas visões de gestão escolar definidas nos movimentos organizados pelos profissionais da educação. As lutas a partir da promulgação da constituinte de 1988, abriram possibilidades para construção de uma nova ponte de ação jurídica para a educação no Brasil. Diante de vários encontros, Mendonça (2000) coloca que, mesmo antes da promulgação da nova constituição, já existiam movimentos pela formação de nova LDB. Então ocorreram vários encontros com o objetivo de refletir sobre a LDB nova lei que regulamentava o funcionamento da educação. Segundo Isac Gabriel citou como exemplo:

Como exemplo, podemos citar a Reunião Anual da ANPED de 1988, que se realizou em Porto Alegre/RS, cujo tema central tinha por título: *“Por Novas Bases e Diretrizes da Educação Nacional”*. De igual forma, nesse mesmo ano, tivemos ainda, em Brasília, a “V Conferência Brasileira de Educação”, cujo tema foi também a possibilidade de uma nova LDB (ISAC, 1988, p.27).

O mesmo autor aborda o movimento marcante pela tentativa da construção da Lei que foi desenvolvida pelo deputado Octávio Elísio (PSDB/MG), que apresentou à Câmara um projeto de Lei que tomou como base artigo publicado pelo professor Dermeval Saviani na revista da ANDE (nº. 13, de 1988). O projeto do deputado foi composto quase que pela totalidade dos 68 artigos propostos no escrito, ocorrendo apenas substituição de sete artigos, que versa sobre recursos, por outros 19, que apresentavam um maior nível de detalhamento (MENDONÇA, 2000).

O autor Gabriel Isac apresenta um relato sobre as discussões da nova LDB abordando que em 1990 o substituto do relator, em sua terceira versão, constituído por 172 artigos, foi

aprovado por unanimidade pela Comissão. O substituto Jorge Hage, conhecido, apresentou avanços significativos no campo da gestão democrática em relação ao projeto original, proposto pelo Deputado Octávio Elísio – que continha só um capítulo com os princípios da educação escolar, no qual se demarcava a necessidade daquela gestão.

Assim é que o dito substitutivo defendia a criação de um Sistema Nacional de Educação – com a presença de um espaço institucional de diálogo e consulta à sociedade por meio da figura do Fórum Nacional de Educação – e previa maior grau de liberdade às unidades escolares – garantindo que os órgãos que administrassem os sistemas de ensino assegurassem às escolas autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, além de garantir que os sistemas descentralizassem as decisões e os controles de caráter também pedagógico, administrativo e financeiro (MENDONÇA, 2000).

Para Neill (1912), o objetivo da escola é proporcionar o desenvolvimento de seres humanos livres e motivados e por seus interesses, o que só é possível numa condição de liberdade. Então, a escola que não se aproxima da comunidade e que não abre espaço para o diálogo possivelmente não verá sua clientela sentindo prazer em estar presente na mesma.

### **2.3 Bases da Gestão Democrática**

A Conferência de Educação do ano de 2014 realizada a nível nacional estadual e municipal foi bastante discutida e o documento que estruturou toda discussão do PNE (Plano Nacional de Educação) segundo Documento referencia CONAE 2014 faz uma retrospectiva sobre a luta da gestão democrática na educação:

A articulação e mobilização da sociedade civil e de setores do estado assumiram grande importância, especialmente a partir do final da década de 1970, contra o regime autoritário, centralizador e técnico burocrata. Os movimentos sociais passaram a se organizar, a fim de recuperar espaços perdidos por meio da campanha de redemocratização da sociedade. As políticas educacionais passaram a enfatizar, como princípio, a defesa do ensino público de qualidade, a democratização do acesso à educação e a participação popular na construção dos projetos pedagógicos das instituições educativas (EIXO IV.P.68).

Neste sentido se percebe que é uma longa caminhada que vem proporcionando o debate sobre uma educação igualitária onde a sociedade já passou várias décadas ampliando um discurso em defesa do ensino público. É preciso romper com as práticas autoritárias e centralizadoras ainda arraigadas na cultura política da sociedade, demarcada pelas

desigualdades sociais, para uma tomada de decisão, especialmente no campo educacional (CONAE, 2014).

O Documento da CONAE (2014) aborda que a participação da sociedade deve ser compreendida como processo complexo, mas que envolve vários cenários e múltiplas possibilidades de organização, não existindo, apenas uma forma ou lógica de participação, tendo em vista que há dinâmicas que se caracterizam pela pequena participação e, outras, pela grande participação da sociedade, buscando compartilhar as ações e tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo e envolvendo diferentes segmentos. Nesse contexto de luta, busque-se a construção de uma perspectiva democrática de organização e gestão, que pressupõe uma concepção de educação voltada para a transformação da sociedade e não para a manutenção das condições vigentes.

A objetividade da educação democrática do país será necessária para estabelecer as atribuições de cada ente na democratização da gestão, garantindo a participação popular e o controle social da educação, para lograr processos formativos emancipatórios em cada território.

A gestão democrática além de discutir os processos administrativos pedagógicos a estrutura do documento da CONAE (2014) descreve em seu texto um tópico pontuando “Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social” tendo em vista a construção do PNE (Plano Nacional de Educação) e do SNE (Sistema Nacional de Educação) como política de estado, são apresentadas, a seguir, proposições e estratégias indicando as responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados (União, Estados, DF e Municípios), tendo por princípios a garantia da participação popular, a cooperação federativa e o regime de colaboração.

Algumas estratégias estão bem claras especificando um mecanismo que esclarece aos responsáveis pelo acompanhamento administrativo dos recursos que são destinados a educação veja as proposições e estratégiassegundo aCONAE (2014, p.68 -72):

- 1) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de educação, de escola, de acompanhamento e de controle social, com a colaboração entre o MEC, as secretarias de educação de estados, Distrito Federal (DF) e municípios e os respectivos tribunais de contas dos entes federados(P.69).
- 2) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade

- escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática(P.70).
- 3) Articular políticas de acesso e permanência, de modo a garantir que as crianças, jovens e adultos e idosos ingressem nas instituições educativas e nos diferentes níveis, etapas e modalidades, além de alcançar sucesso acadêmico, reduzindo as desigualdades étnico-raciais e ampliando as taxas de permanência e conclusão de estudantes do campo, negros, indígenas, povos da floresta, povos das águas, quilombolas, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.(P.70)
  - 4) Ampliar os programas de apoio e formação aos/ às conselheiros/as dos conselhos de educação, de escola, de acompanhamento e de controle social, conselhos de alimentação escolar, e outros; e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas.(P.70)
  - 5) Criar mecanismos de participação que promova a democratização da gestão dos sistemas de ensino e das instituições educacionais, com a participação dos professores, funcionários técnico-administrativos, estudantes, pais e/ou responsáveis e comunidade local. (P.70)
  - 6) . Criar e/ou consolidar fóruns e conselhos estaduais, distrital e municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEB e da alimentação escolar, com representação dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.(P.71)
  - 7) . Garantir autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das instituições educativas, assim como a vivência da gestão democrática, do trabalho coletivo e interdisciplinar.(P.71)
  - 8) . Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros/as dos conselhos de educação, de acompanhamento e controle social do FUNDEB, conselhos de alimentação escolar, conselhos escolares, conselhos regionais e outros; e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas. (P.71)
  - 9) Estimular a participação efetiva da comunidade escolar e local na elaboração dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares. (P.71)
  - 10) . Promover a gestão democrática no sistema de ensino por meio de mecanismos que garantam a participação dos profissionais da educação, familiares, estudantes e comunidade local: I) na elaboração ou adequação e implementação dos planos de educação;II) no apoio e incentivo às instituições educacionais para a construção de projetos político-pedagógicos ou planos de desenvolvimento institucional sintonizados com a realidade e as necessidades locais; e III) na promoção e efetivação da autonomia (pedagógica, administrativa e financeira) das instituições de educação básica, profissional, tecnológica e superior(P.72).

Esses são alguns pontos que o MEC elencou para os órgãos responsáveis através de organizações, para que despertassem seus interesses e responsabilidades, e assim iniciasse em sistemas educacionais uma política participativa onde as decisões pudessem ser coletivas.

Desde então a Conferência Nacional de Educação 2014 solidificou situações concretas demonstrando possibilidades para o desenvolvimento da educação, estando contidas estratégias que obviamente são importantes como dedicação e competência dos que estão à frente da educação nesta nova década.

Segundo Moacir Gadotti, em seu artigo “Gestão Democrática com Participação Popular”:

O Artigo 205 da Constituição de 1988 determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Infelizmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96) não respeitou esse princípio de que a educação deveria ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”: “a gestão democrática – princípio caro aos educadores e que foi base-mestra do primeiro projeto de regulamentação do Sistema Nacional de Educação – ficou reduzida, na Lei n.º 9.394 de 1996, aos preceitos dos artigos 14 e 15, que preveem, somente, a participação dos profissionais no projeto pedagógico, e da comunidade, nos conselhos escolares, além de uma 'progressiva' autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às escolas” (CNTE, 2009:289).

O autor apresenta um compromisso de todos pela educação dever do estado e família com o incentivo à promoção da sociedade, através do documento oficial Constituinte Federal de 1988 a LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação) 9.394/96, fortalecendo também o fazer pedagógico através de uma progressiva autonomia dando espaço para os seus planejamentos e criatividade de cada escola.

O PNE (Plano Nacional de Educação) o projeto de nº 13.005, de 25 de junho de 2014. A Presidenta Dilma Rousseff (2010-2014). O Plano ficou quase 4 anos em tramitação só a partir do ano 2014 é que entrou em vigor e os estados e os municípios tiveram a obrigação de elaborar seus PME (Plano Municipal de Educação) PE (Plano Estadual de Educação).

Através da publicação da lei nº13.005 de 25 de junho de 2014 planejando uma nova década da educação com a integração da comunidade, como Conselhos Escolares, Conselho Municipal de Educação, Conselho da Criança e Adolescente, Conselho do FUNDEB, Conselho Tutelar, professores, funcionários, pais, alunos, etc.

A meta 19 aborda a gestão democrática através de 8 estratégias, para que seja adequada a realidade local e todos devem assumir com responsabilidade, sendo elas de fundamental importância para o desenvolvimento da educação do país tendo em vista prazos para serem cumpridos.

Segundo o PNE (Plano Nacional de Educação) Lei 13.005 de 25 de julho de 2014 afirma:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regule a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola,

critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

Cada uma dessas estratégias fortalece a gestão democrática na educação do país cabendo às secretarias de educação estadual e municipal adotar medidas com profissionais competentes e vontade política, para se organizarem buscando espírito de coletividade para promover oportunidades para o desempenho dos segmentos envolvidos na educação nos próximos 10 anos.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para alcançar o objetivo proposto no presente estudo, realizar um diagnóstico da (percepção e o grau de participação na gestão escolar democrática no Cariri Oriental e Ocidental paraibano), optou-se pelo desenvolvimento de um estudo quantitativo exploratório.

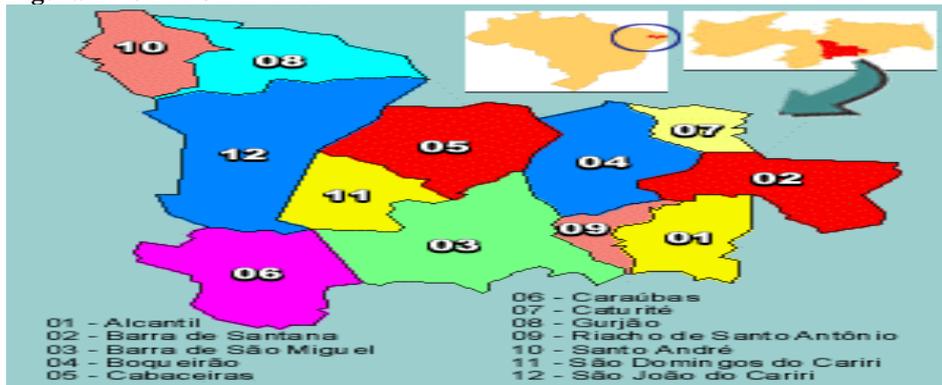
#### **3.1 Tipo de Estudo**

Trata-se de estudo de uma pesquisa transversal descritiva quantitativa e qualitativa por meio de dados primários, realizado em uma pesquisa em escolas de 6 (seis) cidades do Cariri

Occidental e Occidental Paraibano, executando questionários, sendo em cada município uma escola, registrando as opiniões da comunidade escolar de maio a setembro de 2015.

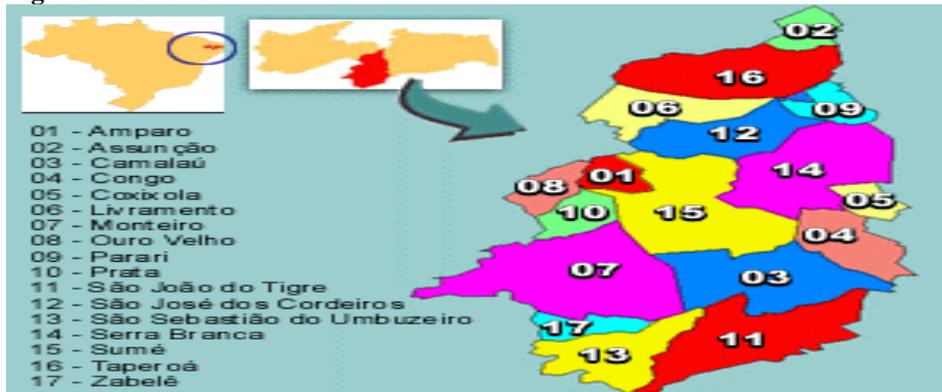
### 3.2 Local de Estudo – Municípios e escolas do Cariri Oriental e Occidental Paraibano

**Figura 1 - Cariri Oriental-PB**



Fonte: <https://pt.wikipedia.org>.

**Figura 2 - Cariri Occidental-PB**



Fonte: <https://pt.wikipedia.org>.

**Figura 3 - Foto 1: E.M.E.I.E.F Felon Medeiros - Santo André-PB**



Fonte: Produzida

**Figura 4 - Foto 2: E.E.E.F.M Manoel Honorato Sobrinho- Coxixola-PB**



Fonte: Produzida

**Figura 5 - Foto 3: E.M.E.I.E.F Gonçala Rodrigues de Freitas - Sumé-PB**



Fonte: Produzida

**Figura 6 - Foto 4: E.M.E.I.E.F Alice Jorge da Silva – Caraúbas - PB**



Fonte: Produzida

**Figura 7 - Foto 5: A E.M.E.F Jaime Ferreira Tavares - Assunção-PB**



Fonte: Produzida

**Figura 8 - Foto 6: E.M.F.E. Ensino Médio Abdias Aires de Queiroz - Cabaceiras-PB**



**Fonte: Produzida**

A composição do território do Cariri Oriental e Ocidental paraibano compreende 31 (trinta e um) municípios abrangendo uma área 12.316,6 km<sup>2</sup>: Alcantil; Assunção; Amparo; Barra de Santana; Barra de São Miguel; Boa Vista; Boqueirão; Cabaceiras; Camalaú; Caraúbas; Caturité; Congo; Coxixola; Gurjão; Livramento; Monteiro; Ouro Velho; Parari; Prata; Riacho de Santo Antônio; Santo André; São Domingos do Cariri; São João do Cariri; São João do Tigre; São José dos Cordeiros; São Sebastião do Umbuzeiro; Serra Branca; Soledade; Sumé; Taperoá e Zabelê.

Desse conjunto de municípios, vinte e nove estão situados na mesorregião da Borborema, compreendendo as Microrregiões Geográficas do Cariri Oriental e Cariri Ocidental e dois outros na mesorregião do Agreste Paraibano, microrregiões Curimataú Ocidental e Campina Grande.

**3.3 Amostra**

A amostra é uma porção ou parcela, convenientemente organizada por uma seleção do universo (população); é um subconjunto do universo. Há duas subdivisões no processo de amostragem (determinação da amostra a ser pesquisada): a probabilidade e não probabilística.

Para fazer o cálculo da amostra com a finalidade de definir o tamanho de determinada amostra e para que uma amostra represente com segurança as características do universo, devemos levar em consideração a extensão do universo, os recursos existentes, o nível de confiança estabelecido, o erro máximo permitido e a percentagem com a qual o fenômeno se verifica.

O nível de confiança estabelecido é aquele que indicará os desvios-padrão em relação a sua média; nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%.

Com base na população alvo, com cinco por cento de erro e um intervalo de confiança de 95%, calculou-se que o número mínimo representativo para amostra é de 380 elementos. Para calcular a amostra foi usado o cálculo abaixo.

Fórmula para cálculo de amostras para populações finitas:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1-p) + e^2 \cdot (N-1)}$$

n = amostra calculada

N= população

Z= variável normal padronizada associada ao nível de confiança

P= verdadeira probabilidade do evento

e = erro amostral

A amostragem probabilística permite planos de amostra representativa, permite que o pesquisador estime até que ponto os resultados obtidos a partir da amostra tendem a definir os que serão encontrados por meio de estudo da população. As características desse tipo de amostragem são:

- Poder especificar, para cada elemento da população, a probabilidade de ser incluído na amostra;

**Tabela 1. Distribuição dos segmentos da amostra.**

<b>Distribuição dos Participantes</b>	<b>População</b>	<b>Amostra</b>	<b>% do total</b>
Professores	137	95	18,5
Funcionários	78	62	12
Gestores	29	24	4,7
Conselheiros	68	45	8,8
Alunos	1.989	288	56
Total	2.301	514	100

Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

Conforme a (tabela 1) verifica-se a amostra que foi encontrada por cada seguimento da população sendo um total de 2.301. O total de entrevistados chegou-se a 514 entrevistados.

A mostra foi realizada com 95 (noventa e cinco) professores, 62 (sessenta e dois) funcionários, 24 (vinte e quatro) gestores, 45 (quarenta e cinco) conselheiros escolares e 288 (duzentos e oitenta e oito) alunos de 6 (seis) escolas, sendo uma escola em cada município da rede Municipal e Estadual da Cariri Oriental e Ocidental Paraibano. Os municípios foram Santo André, Coxixola, Caraúbas, Assunção, Cabaceiras e Sumé.

### **3.3.1 Fatores de Inclusão**

- Presença nas escolas de documentos como Regimento Interno, Conselho Escolar e Projeto Político Pedagógico-P.P.P;

### **3.3.2 Fatores de Exclusão**

- Ausência nas escolas de funcionamento legal dos documentos que possui para um trabalho participativo junto à comunidade escolar.

### **3.4 Instrumento para obtenção dos dados primários**

Para a obtenção dos dados primários foi solicitado das secretarias municipais de educação, através de seus secretários que indicassem uma escola em seu município podendo ser da rede Municipal ou Estadual para participarem da pesquisa.

Os secretários após receberem o comunicado mandaram através de e-mail o nome da escola, endereço eo nome dos diretores para se comunicar. Então em contato com os diretores, os mesmos puderam passar a quantidade de professores, funcionários, gestores, conselheiros e alunos de cada escola.

Os diretores também confirmaram a presença ou ausência de alguns documentos que garantem a gestão democrática na escola pública como Regimento Interno, Conselho Escolar e Projeto Político Pedagógico-P.P.P.

A E.M.E.I.E.F Felton Medeiros do município de Santo André-PB, informou que a escola possui Projeto Político Pedagógico-P.P.P, mas não está atualizado, existe Conselho Escolar atualizado, e não existe Regimento Interno. Sobre os profissionais da educação, segundo a direção existem 31 professores, 17 funcionários, 05 gestores, 12 conselheiros e 256 alunos.

A E.M.E.F Jaime Ferreira Tavares do município de Assunção-PB, informou que existe Projeto Político Pedagógico-P.P.P, Regimento Interno e Conselho Escolar. Sobre os docentes, discentes e os profissionais da educação, segundo a direção existem 27 professores, 17 funcionários, 10 gestores, 11 conselheiros e 603 alunos.

E.E.E.F.M Manoel Honorato Sobrinho do município de Coxixola-PB, existe Projeto Político Pedagógico-P.P.P, Regimento Interno e Conselho Escolar. Sobre o corpo docente, discente e os profissionais da educação segundo a direção existe 16 professores, 12 funcionários, 2 gestores, 9 conselheiro e 207 alunos.

E.M.E.I.E.F Alice Jorge da Silva do município de Caraúbas-PB, possui Projeto Político Pedagógico-P.P.P, Regimento Interno e Conselho Escolar. Sobre o corpo docente, discente e os profissionais da educação, segundo a direção existem 26 professores, 12 funcionários, 4 gestores, 8 conselheiros e 308 alunos.

E.M.F.E. Ensino Médio Abdias Aires de Queiroz município de Cabaceiras-PB, possui Projeto Político Pedagógico-P.P.P, Regimento Interno e Conselho Escolar. Sobre o corpo docente, discente e os profissionais da educação, existem 19 professores, 12 funcionários, 6 gestores, 12 conselheiros e 365 alunos.

E.M.E.I.E.F Gonçala Rodrigues de Freitas do município de Sumé-PB, não existe Projeto Político Pedagógico-P.P.P, presença de regimento Interno e Conselho Escolar. Sobre o corpo docente, discente e os profissionais da educação, segundo a direção existem 18 professores, 8 funcionários, 2 gestores, 16 conselheiros e 250 alunos.

No primeiro contato com as escolas das cidades do Cariri Oriental e Ocidental paraibano para a coleta de dados de antemão, um breve diagnóstico foi realizado para saber dos elementos presentes e ausentes quanto a documentação legal para o funcionamento da gestão democrática das escolas como também a população da amostra para a aplicação dos questionários. Através do (Quadro 1) pode-se obter informações sobre os elementos que abordam sobre a gestão democrática na escola e o (Quadro 2) obteve os números de pessoas que fazem parte da comunidade escolar.

**Quadro 1:** Modelo para obter as características referente aos dados das escolas do Cariri oriental e Ocidental paraibano.

PRESENÇA DE DOCUMENTOS LEGAIS PARA O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA		
Característica	SIM	NÃO
Projeto Político – Pedagógico-PPP		
Regimento Interno		
Conselho escolar		

Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

**Quadro 2:** Modelo para obter quantidade de pessoas que fazem parte da comunidade escolar

NÚMEROS DE ALUNOS, PROFISSIONAIS QUE EXISTE NA ESCOLA				
Diretor	Vice- Diretor	Coordenador	Supervisor	Orientador
Professor	Funcionário	Alunos	Membros do Conselho Escolar	Outros

Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

\*NÃO – Ausência de documento

\*\*SIM – Presença de documento

### 3.5 Procedimentos de coleta de dados

Foram pré-estabelecidos 06 (seis) municípios a serem investigados. Estes tiveram como critério de seleção, sua localização dentro da microrregião, objetivando cobrir seu centro e extremos. Em cada um deles, 01 (uma) escola foi selecionada para aplicação de questionários estruturados. Os entrevistados foram pré-categorizados, tendo questionamentos específicos para cada uma delas. Nas categorias que possuíam poucos indivíduos (gestores, funcionários) todo o universo foi amostrado. Para as categorias de quantitativo elevado (estudantes) a amostra foi estabelecida utilizando-se um percentual mínimo de 45% sobre o universo existente. Para manter a aleatoriedade, se aplicou o sorteio de indivíduos a serem entrevistados.

## 4. ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Caracterização da amostra

Na caracterização da amostra buscou-se identificar os diferentes segmentos da população.

**Tabela 2.** Distribuição dos segmentos da amostra.

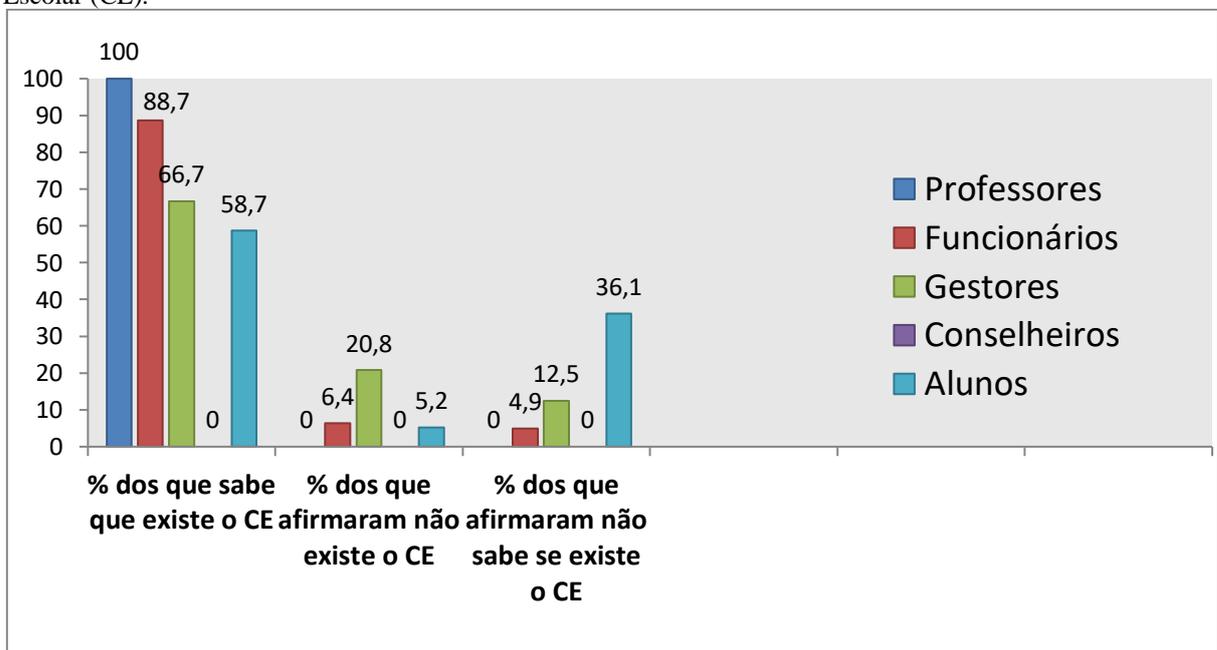
<b>Participantes</b>	<b>Amostra</b>	<b>%</b>
Professores	95	18,5
Funcionários	62	12
Gestores	24	4,7
Conselheiros	45	8,8
Alunos	288	56
Total	514	100

Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

### 4.2 Gestão democrática na escola e o grau de participação

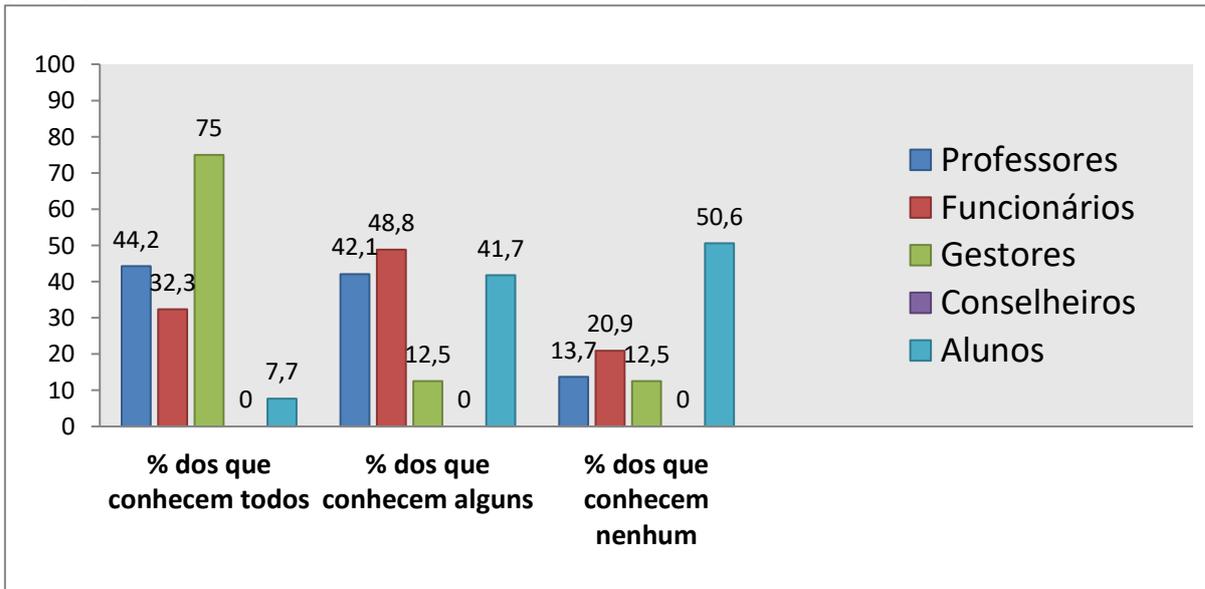
Para verificar o grau de conhecimento sobre a presença de elementos norteadores para uma gestão democrática na escola pública, na qual a comunidade escolar deve saber de sua estrutura para funcionamento, foram estabelecidos critérios de acordo com os gráficos a seguir:

**Gráfico1.** Percentagem dos participantes da pesquisa que tem conhecimento sobre a presença do Conselho Escolar (CE).



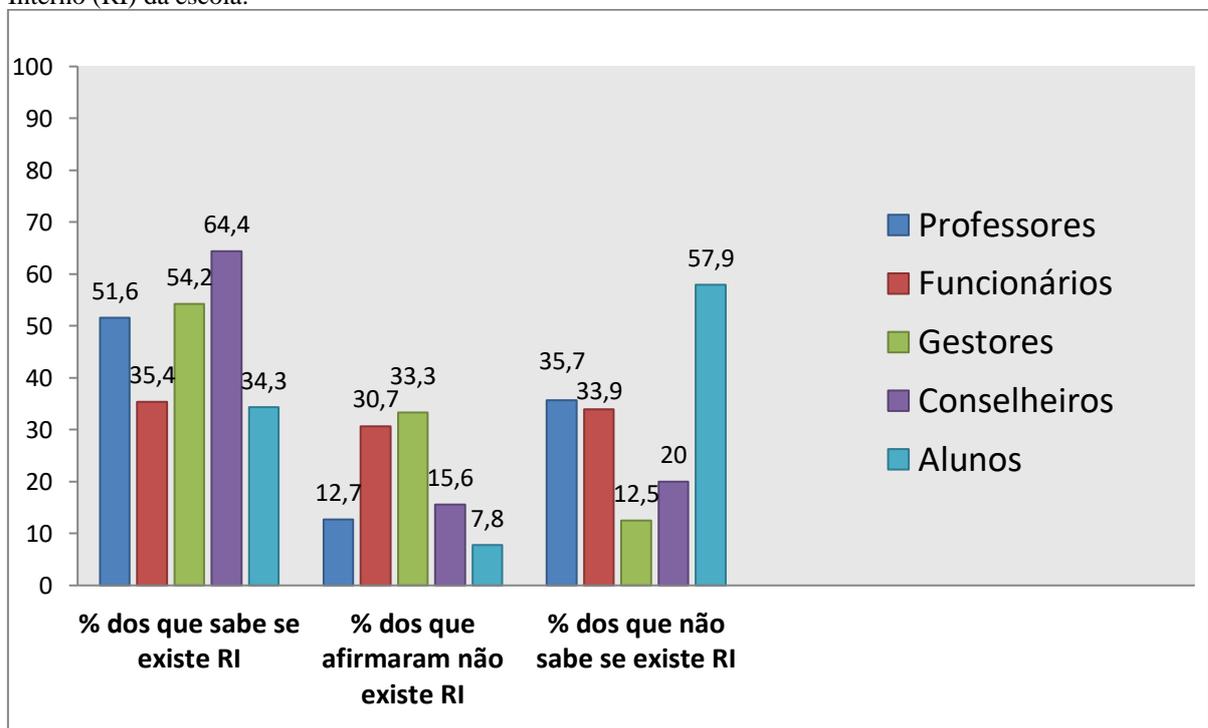
Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

**Gráfico 2.** Percentagem dos participantes da pesquisa da comunidade que conhece os membros do conselho de sua escola.



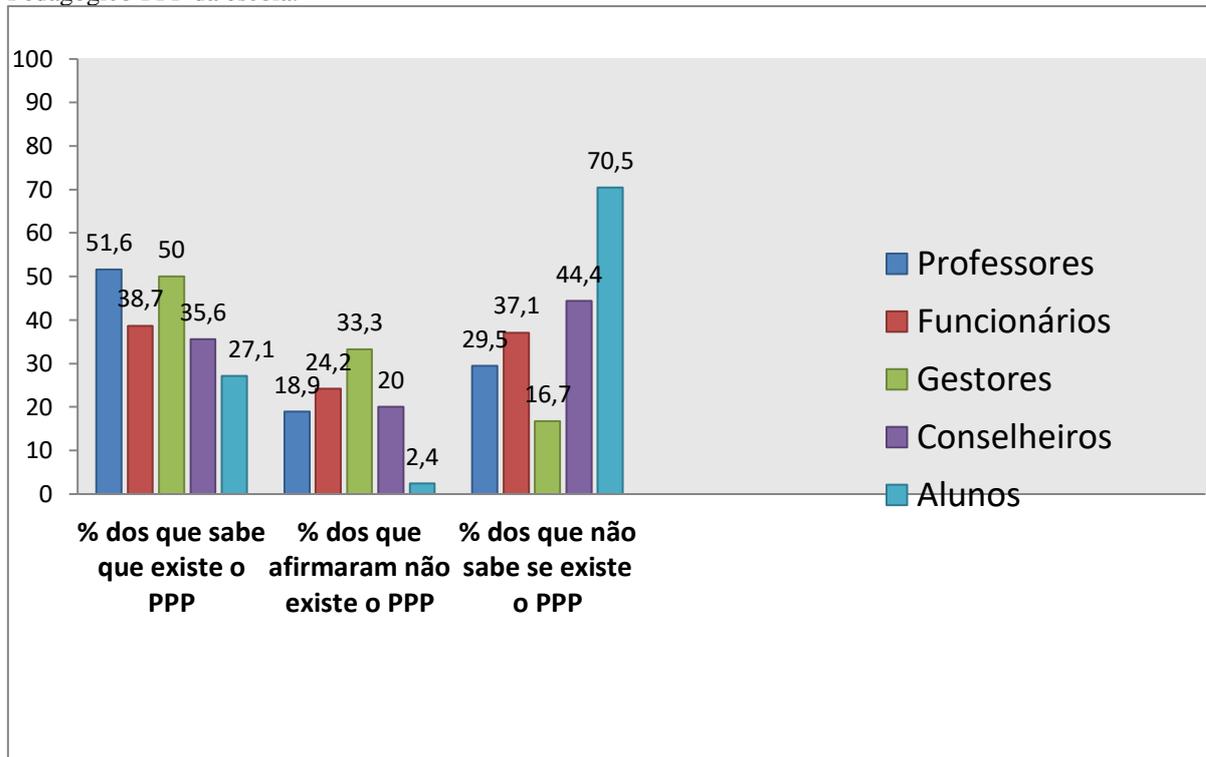
Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

**Gráfico 3.** Percentagem dos participantes da pesquisa da comunidade que conhece a presença do Regimento Interno (RI) da escola.



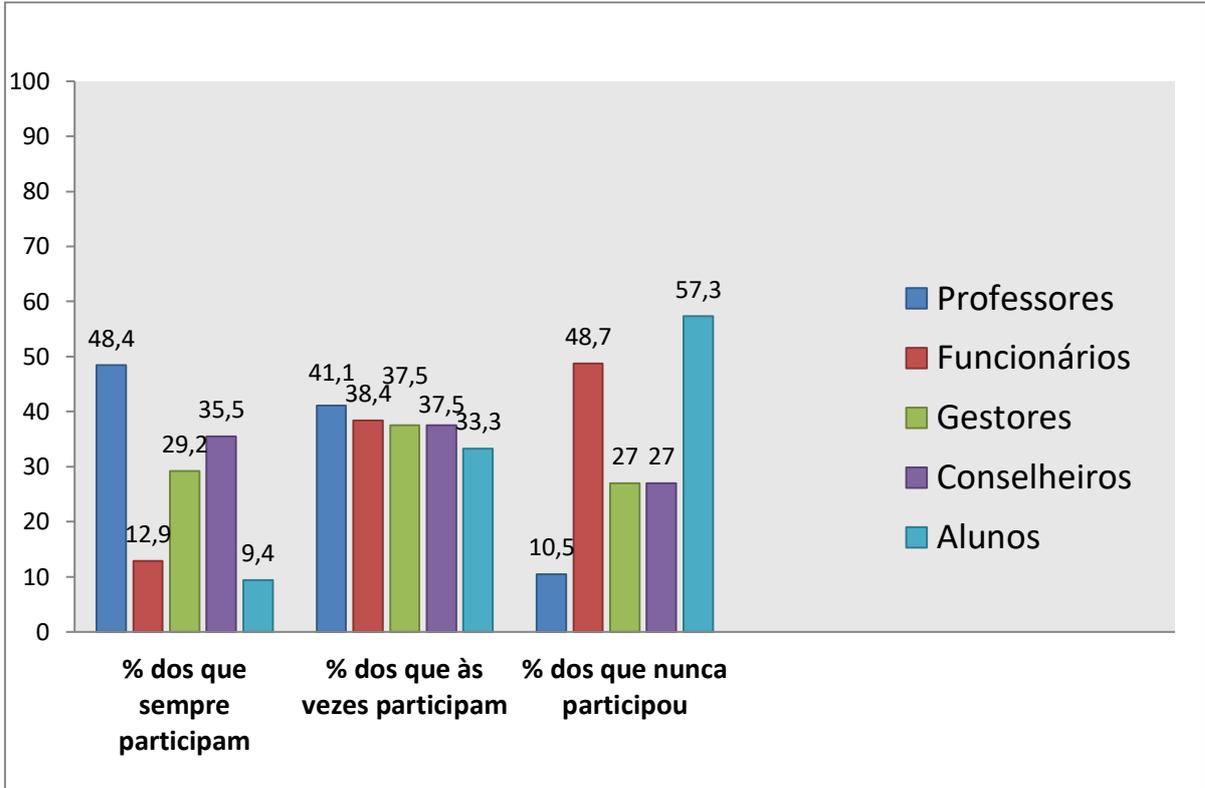
Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

**Gráfico 4.** Percentagem dos participantes da pesquisa da comunidade que conhece a presença do Projeto Político Pedagógico-PPP da escola.



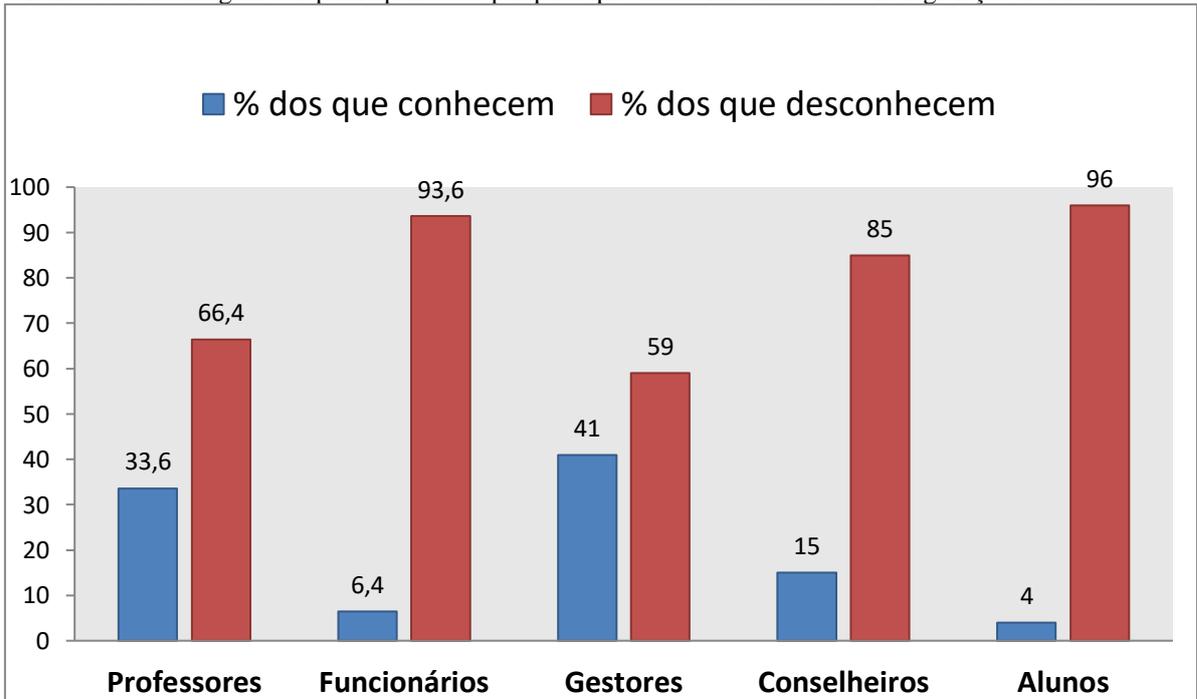
Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

**Gráfico 5.** Percentagem dos participantes da pesquisa da comunidade na elaboração dos direitos e deveres da escola.



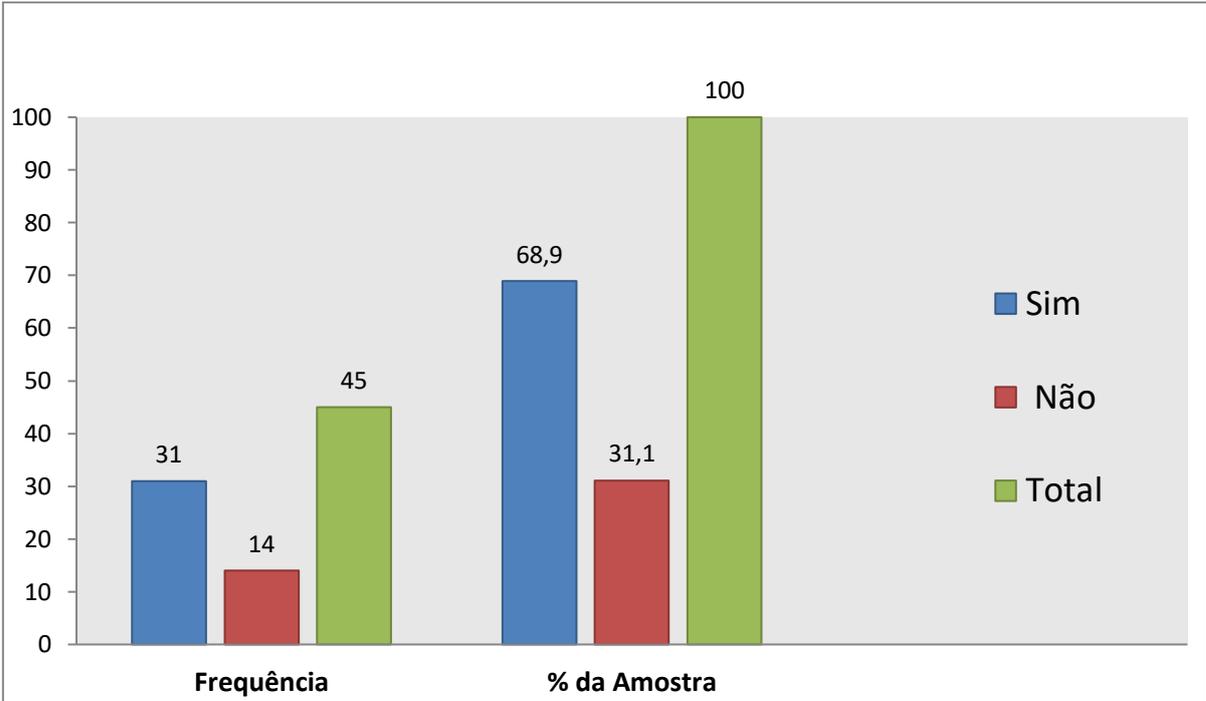
Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

Gráfico 6. Percentagem dos participantes da pesquisa que tem conhecimento sobre legislação escolar.



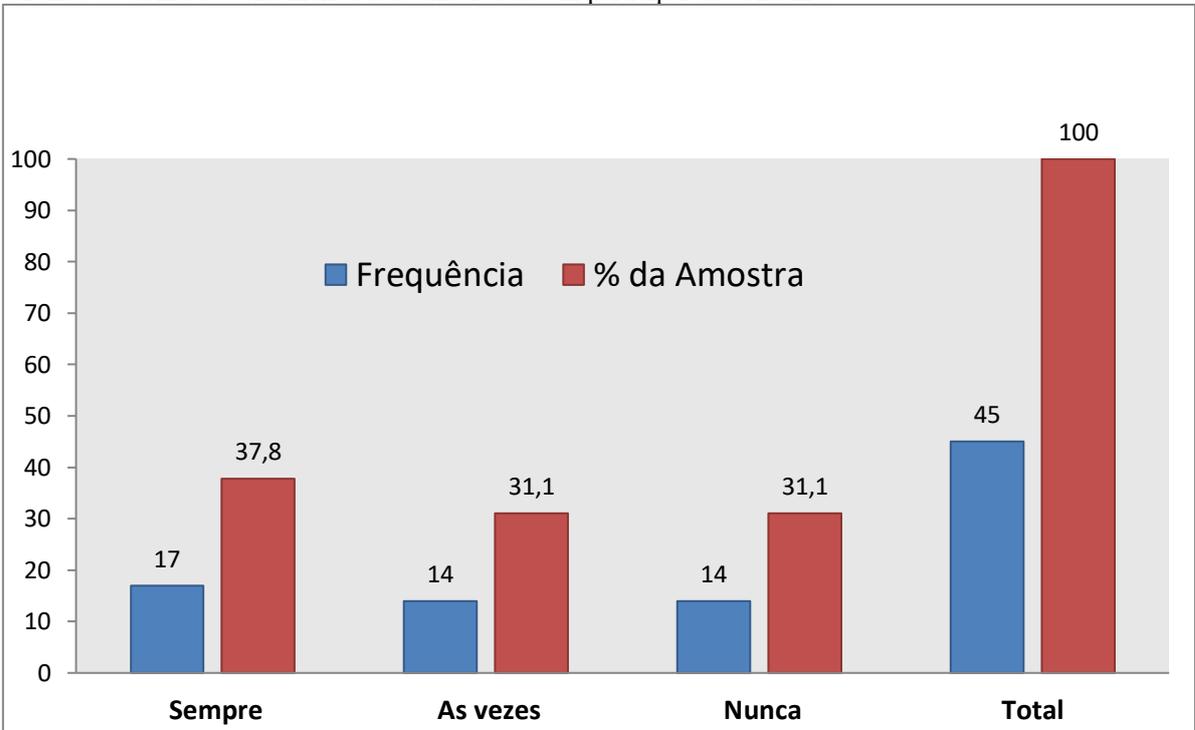
Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

Gráfico 7. Ciente da função como conselheiro escolar.



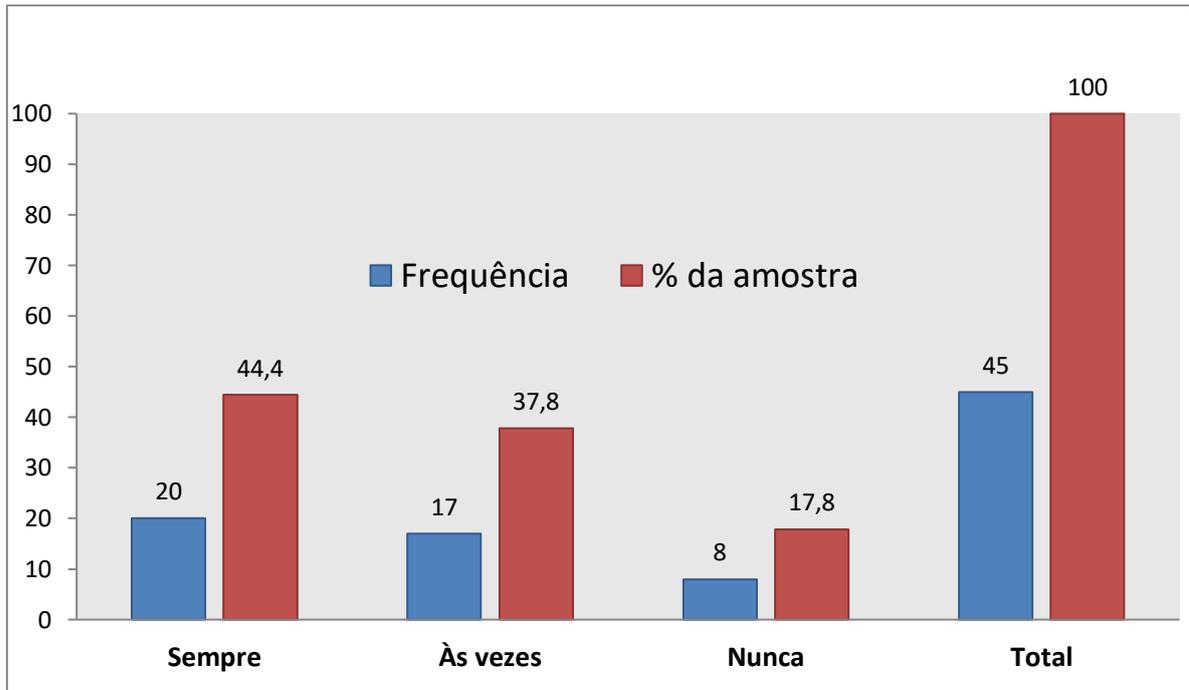
Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

Gráfico 8. Como os conselheiros estão motivados em participar do conselho.



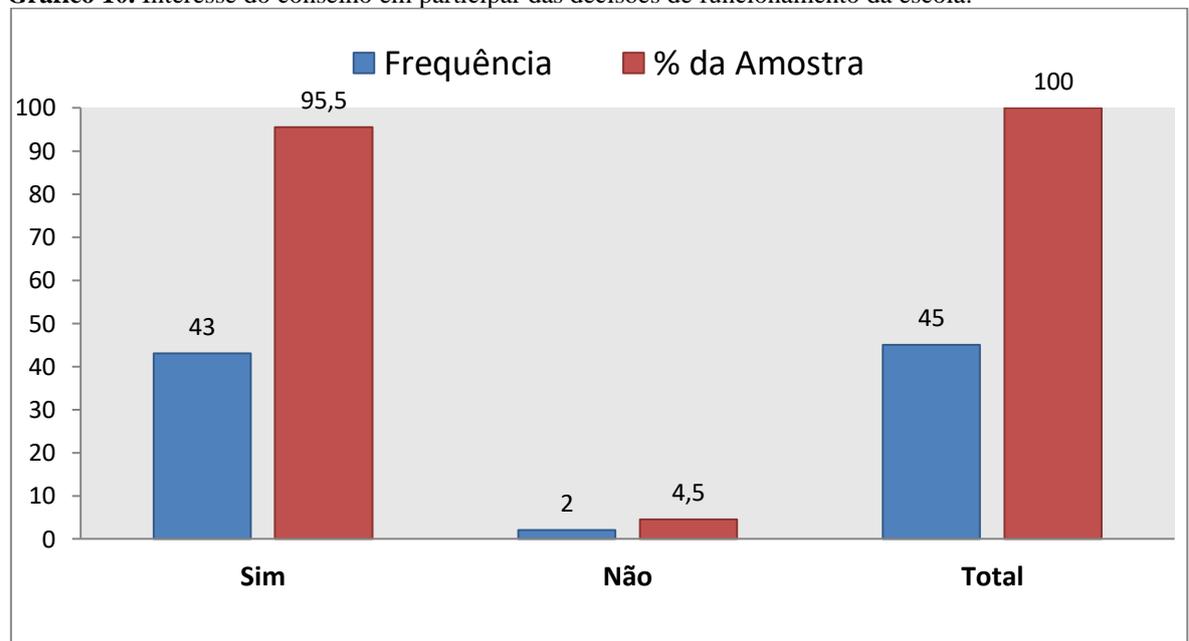
Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

Gráfico 9. Situação do Conselho Escolar na participação financeira e pedagógica da escola.



Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

Gráfico 10. Interesse do conselho em participar das decisões de funcionamento da escola.



Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

#### 4.3 Gestão democrática e a visão da comunidade escolar

Duas questões abertas foram direcionadas apenas aos professores e gestores, sobre gestão democrática e responsabilidade da comunidade escolar, tendo em vista duas categorias escolhidas para dar sua opinião sobre como está a sua percepção no funcionamento do conselho de sua escola.

**Quadro 3-** Opinião dos professores e gestores sobre o funcionamento do Conselho Escolar

<b>Afirmação dos professores</b>
Na minha escola existe conselho escolar e funciona juntamente com a gestão escolar, as reuniões acontecem mensalmente, mas principalmente quando há uma necessidade. Outros disseram que não têm conhecimento de como funciona, mas podem dizer que é de forma precária, pois só no momento de comprar merenda e as compras do Mais Educação fica ativo. Na escola que faço parte os membros do conselho são escolhidos por indicação, não sendo de forma democrática.
<b>Afirmação dos gestores</b>
O conselho da minha escola se reúne para tomar decisões coletivas. Outros disseram que precisa melhorar, pois o funcionamento é muito fraco e as reuniões só acontecem quando tem problemas.

Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

**Quadro 4-** Opinião da comunidade escolar (menos os pais) sobre a construção do Projeto Político-Pedagógico-PPP.

<b>Afirmação dos professores</b>
Os professores apresentaram várias afirmações como: Projeto Político - Pedagógico-P.P.P da minha escola está desatualizado, o P.P.P foi construído com a participação do conselho escolar, P.P.P de uma escola não sei o que é nem pra que serve, foi construído pelos professores.
<b>Afirmação dos funcionários</b>
Os funcionários não tiveram opinião, mesmo parte dos funcionários sabendo que existe P.P.P, a principal resposta pelos participantes foi “não sei como foi construído”.
<b>Afirmação dos gestores</b>
Segundo os gestores, o P.P.P foi construído junto com a comunidade escolar, existe, mas está desatualizado, quem construiu foi um técnico e entregou na secretaria de educação.
<b>Afirmação dos conselheiros</b>
Segundo alguns conselheiros disseram, foi construído com a comunidade escolar, existe, mas está desatualizado, não sei como foi construído.
<b>Afirmação dos alunos</b>

Parte dos alunos que responderam que existe P.P.P afirmaram, que não sabe como foi construído.

Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

**Quadro 5-** Opinião da comunidade escolar (menos os pais) sobre a construção do Regimento Interno da escola

<b>Afirmação dos professores</b>
O Regimento Interno escolar alguns disseram foi construído com Participação da comunidade, construído com o corpo docente, coletividade, construído pelo poder executivo através de decreto e subordinam-se a secretaria de educação a todas as escolas municipais.
<b>Afirmação dos funcionários</b>
O regimento interno foi construído com a Participação do Conselho Escolar e comunidade, outros afirmaram não saber como foi construído.
<b>Afirmação dos gestores</b>
O Regimento Interno foi construído juntamente com a comunidade escolar, pois este documento faz uma escola organizada.
<b>Afirmação dos conselheiros</b>
O Regimento Interno foi construído Juntamente com a comunidade escolar e alguns disseram não saber como foi construído.
<b>Afirmação dos alunos</b>
O Regimento Interno foi elaborado para as normas do funcionamento da escola.

Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

**Quadro 6-** Grau de conhecimento sobre legislação educacional

<b>Afirmação dos professores</b>
Poucos afirmaram conhecer a LDB, Conselho Escolar, CF (Constituição Federal), CME(Conselho Municipal de Educação) , Regimento Interno. A maioria falou que não lembrava, outros disseram que não sabiam do que se tratava o assunto gestão democrática na escola.
<b>Afirmação dos funcionários</b>

Nenhum funcionário respondeu a questão se conhecia alguma legislação sobre gestão democrática na escola.
<b>Afirmação dos gestores</b>
LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação)CF (Constituição Federal), PME (Plano Municipal de Educação),CE(Conselho Escolar), RI(Regimento Interno). Mesmo assim, foram poucos que justificaram.
<b>Afirmação dos conselheiros</b>
CE (Conselho Escolar) RI (Regimento Interno). Mesmo assim foram poucos que justificaram ter conhecimento.
<b>Afirmação dos alunos</b>
Nenhum aluno afirmou conhecer alguma legislação sobre gestão democrática na escola.

Fonte: Araújo Ancelmo, 2015. Dados da pesquisa

#### 4. 4Análises segundo indicadores do MEC

Considera-se dentro da escola como gestão democrática, algo onde todos tenham a oportunidade de participar com o objetivo de colaborar com as decisões dentro do espaço escolar. Algumas avaliações são realizadas nas escolas pelo Ministério da Educação a fim de diagnosticar o desempenho da escola como: IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, através das observações durante o ano letivo reprovação, abandono, aprovação e Prova Brasil.

Para nosso trabalho, 6 escolas do Cariri Oriental e Ocidental-PB, foram observadas para ser analisadas em relação a alguns indicadores para diagnosticar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

**Tabela 3.** Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Santo André/PB

<b>Etapa/Escolar</b>	<b>REP</b>	<b>Percentual</b>	<b>ABA</b>	<b>Percentual</b>	<b>APR</b>	<b>Percentual</b>
<b>Anos Iniciais</b>	10	4,7	1	0,5	181	94,7
<b>Anos Finais</b>	21	10,7	4	2	170	87,3

--	--	--	--	--	--	--

Fonte: INEP, 2014.

De acordo com a tabela 3, **E.M.E.I.E.F Felon Medeiros** localizada no município de Santo André-PB no ano de 2014 obtivemos o seguinte resultado nos anos iniciais do Ensino Fundamental (4,7%) de reprovação sendo 10 alunos reprovados, (0,5%) abandono sendo que 1 aluno abandonou a escola, (94,7%) aprovados, ou seja, 181 alunos foram aprovados. Nos anos finais do ensino fundamental, (10,7%) reprovados, ou seja, 21 alunos foram reprovados, (2,0%) abandonaram a escola, ou seja, 4 alunos abandonaram a escola e a aprovação foi de (87,3%), ou seja, 170 alunos foram aprovados.

**Conceito de Aprendizagem Adequado: segundo censo escolar 2013, INEP.E.M.E.I.E.F Felon Medeiros Santo André-PB.**

- Português, 5º ano –(16%) dos 42 alunos, 7 demonstraram aprendizado adequado.
- Português, 9º ano –(12%) dos 70 alunos, 8 demonstraram o aprendizado adequado.
- Matemática, 5º ano –(21%) dos 42 alunos, 9 se demonstraram o aprendizado adequado.
- Matemática, 9º ano –(21%) dos 70 alunos, 2 alunos se demonstraram o aprendizado adequado.

**Tabela 4.** Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Coxixola/PB

<b>Etapa/Escolar</b>	<b>REP</b>	<b>Percentual</b>	<b>ABA</b>	<b>Percentual</b>	<b>APR</b>	<b>Percentual</b>
<b>Anos Finais</b>	20	15,9	5	3,3	98	80,8
<b>Ensino Médio</b>	3	4,4	4	6,6	43	89

Fonte: INEP, 2014.

De acordo com a tabela 4, **E.E.E.F.M Manoel Honorato Sobrinho** localizada no município de Coxixola-PB no ano de 2014 obteve o seguinte resultado nos anos finais do Ensino Fundamental (15,9%) de reprovação sendo 20 alunos reprovados, (3,3%) de abandono, sendo que 5 alunos abandonaram a escola, (80,8%) aprovados, ou seja, 98 alunos aprovados. No mesmo ano, no Ensino Médio, (4,4%) reprovados, ou seja, 3 alunos foram reprovados,

(6,6%) abandonaram a escola, ou seja, 4 alunos abandonaram a escola e a aprovação foi de (89,0%),ou seja, 43 alunos foram aprovados.

**Conceito de Aprendizagem Adequado: segundo censo escolar 2013, INEPE.E.E.F.M Manoel Honorato Sobrinho.**

A proficiência 2013 sobre a aprendizagem de matemática e português está ausente de nota.

**Tabela 5.** Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Assunção/PB

<b>Etapa/Escolar</b>	<b>REP</b>	<b>Percentual</b>	<b>ABA</b>	<b>Percentual</b>	<b>APR</b>	<b>Percentual</b>
<b>Anos iniciais</b>	41	15,9	7	2,3	221	82,7
<b>Anos finais</b>	65	26,3	24	9,4	157	64,3

Fonte: INEP, 2014.

De acordo com a tabela 5, sobre a **E.M.E.F Jaime Ferreira Tavares** localizada no município de Assunção-PB, no ano de 2014, obtive o seguinte resultado nos anos iniciais do Ensino Fundamental: (15,0%) de reprovação sendo 41alunos reprovados, (2,3%) abandono, sendo que 7 alunos abandonaram a escola, (82,7%) aprovados, ou seja, 221 alunos aprovados. Nos anos finais do Ensino Fundamental,(26,3%) reprovados, ou seja, 65 alunos foram reprovados, (9,4%) abandonaram a escola, ou seja, 24 alunos abandonaram a escola e a aprovação foi de (64,3%)ou seja, 157 alunos foram aprovados.

**Conceito de Aprendizagem Adequado: segundo o Censo escolar 2013, INEP.E.M.E.F Jaime Ferreira Tavares.**

- Português, 5º ano –(32%) dos 56 alunos, 18 demonstraram aprendizado adequado.
- Português, 9 ano –(23%)dos 54 alunos, 12 demonstraram o aprendizado adequado.
- Matemática, 5º ano –(32%) dos 56 alunos, 18 se demonstraram o aprendizado adequado.
- Matemática, 9 ano –(9%) dos 54 alunos, 5 alunos se demonstraram o aprendizado adequado.

**Tabela 6.** Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Sumé/PB

<b>Etapa/Escolar</b>	<b>REP</b>	<b>Percentual</b>	<b>ABA</b>	<b>Percentual</b>	<b>APR</b>	<b>Percentual</b>
<b>Anos Iniciais</b>	9	9,5	-	-	-	-

<b>Anos Finais</b>	11	15,6	-	-	-	-
--------------------	----	------	---	---	---	---

Fonte: INEP, 2014.

De acordo com a tabela 6, **E.M.I.E.F Gonçalves Rodrigues de Freitas** localizada no município de Sumé-PB no ano de 2014, obteve o seguinte resultado nos anos iniciais do Ensino Fundamental (9,5%) de reprovação sendo 9 alunos reprovados, (0,8%) abandono, sendo que 1 aluno abandonou a escola, (89,7%) aprovados, ou seja, 83 alunos aprovados. Nos anos finais do Ensino Fundamental, (15,6%) reprovados, ou seja, 11 alunos foram reprovados, (2,3%) abandonaram a escola, ou seja, 2 alunos abandonaram a escola e a aprovação foi de (82,1%), ou seja, 57 alunos foram aprovados.

**Conceito de Aprendizagem Adequado: segundo Censo Escolar 2013, INEPE.M.I.E.F Gonçalves Rodrigues de Freitas.**

- Português, 5º ano – (33%) dos alunos, 10 demonstraram aprendizado adequado.
- Português, 9º ano - não foi encontrado nota.
- Matemática, 5º ano – (33%) dos alunos, 13 demonstraram o aprendizado adequado.
- Matemática, 9º ano - não foram encontrados dados.

**Tabela 7.** Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Caraúbas/PB

<b>Etapa/Escolar</b>	<b>REP</b>	<b>Percentual</b>	<b>ABA</b>	<b>Percentual</b>	<b>APR</b>	<b>Percentual</b>
<b>Anos Iniciais</b>	31	17,3	13	6,9	135	75,8
<b>Anos Finais</b>	13	11,1	11	9,4	94	79,5

Fonte: INEP, 2014.

De acordo com a tabela 7, **E.M.I.E.F Alice Jorge da Silva** localizada no município de Caraúbas-PB no ano de 2014, obteve o seguinte resultado nos anos iniciais do Ensino Fundamental (17,3%) de reprovação sendo 31 alunos reprovados, (6,9%) abandono, sendo que 13 alunos abandonaram a escola, (75,8%) aprovados, ou seja, 135 alunos aprovados. Nos anos finais do Ensino Fundamental, (11,1%) reprovados, ou seja, 13 alunos foram reprovados, (9,4%) abandonaram a escola, ou seja, 11 alunos abandonaram a escola e a aprovação foi de (79,5%), ou seja, 94 alunos foram aprovados.

**Conceito de Aprendizagem Adequado: segundo Censo Escolar 2013, INEP. E.M.I.E.F Alice Jorge da Silva.**

- Português, 5º ano –(16%) dos 28 alunos, 4 demonstraram aprendizado adequado.
- Português, 9º ano –(20%) dos 24 alunos, 04 alunos demonstraram o aprendizado adequado.
- Matemática, 5º ano –(15%) dos 28 alunos, 4 alunos se demonstraram o aprendizado adequado.
- Matemática, 9º ano –(5%) dos 24 alunos, 1 aluno demonstrou o aprendizado adequado.

**Tabela 8.** Demonstrativo de Reprovação (REP); Abandono (ABA) e Aprovação (APR) da Escola Municipal de Cabaceiras/PB

<b>Etapa/Escolar</b>	<b>REP</b>	<b>Percentual</b>	<b>ABA</b>	<b>Percentual</b>	<b>APR</b>	<b>Percentual</b>
<b>Anos Iniciais</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Anos Finais</b>	42	15,8	11	4	213	80,2

Fonte: INEP, 2014.

De acordo com a tabela 8, **E.M.E.F.M Abdias Aires de Queiroz** localizada no município de Cabaceiras-PB no ano de 2014, nos anos iniciais não foi encontrado notas. Nos anos finais do Ensino Fundamental,(15,8%) reprovados, ou seja, 42 alunos foram reprovados, (4,0%) abandonaram a escola, ou seja, 11 alunos abandonaram a escola e a aprovação foi de (82,2%),ou seja, 213 alunos foram aprovados.

**Conceito de Aprendizagem Adequado: segundo Censo escolar 2013, INEP.E.M.E.F.M Abdias Aires de Queiroz.**

- Português, 5º anos-não apresentou dados.
- Português, 9º ano-(29%) dos 60 alunos, 17 alunos demonstraram o aprendizado adequado.
- Matemática, 5º ano- não apresentou dados.
- Matemática, 9º ano –(14%) dos 60 alunos, 9 aluno se demonstraram o aprendizado adequado.

**Tabela 9.** IDEB Observado (IDEB) nos Municípios de Assunção, Cabaceiras, Caraúbas, Coxixola, Santo André e Sumé e a Meta Projetada (MP) para estes municípios no ano 2013.

<b>Cidades</b>	<b>IDEB 5º Ano 2013</b>	<b>IDEB 9º Ano 2013</b>	<b>IDEB E. Médio 2013</b>	<b>MP 5º Ano 2013</b>	<b>MP 9º Ano 2013</b>	<b>MP E. Médio 2013</b>
<b>Assunção</b>	4,8	3,0		3,2	3,6	
<b>Cabaceiras</b>	5,6	4,0		3,7	3,7	
<b>Caraúbas</b>	3,8	3,3		4,4	2,8	
<b>Coxixola</b>	*	3,2	*		3,3	*
<b>Santo André</b>	4,7	3,8		4,1	4,6	
<b>Sumé</b>	4,4	4,0		3,8	3,7	

Fonte: INEP, 2015.

A tabela 9 apresenta o IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos municípios de Assunção-PB, Cabaceiras-PB, Caraúbas-PB, Coxixola-PB, Santo André-PB e Sumé-PB, todos esses municípios estão situados no Cariri Oriental e Ocidental paraibano.

Pode-se observar que os valores apresentados são avaliados de acordo com reprovação, abandono, reprovação, prova Brasil e desempenho nos componentes curriculares de matemática e português.

1-Então o município de Assunção-PB, obteve o IDEB observado em 4,8 para o 5º ano, tendo como meta projetada de 3,2. Significa dizer que atingiu o valor projetado pelo MEC. Para os alunos do 9º ano observa 3,0, sendo a meta projetada de 3,6 não chegando à meta projetada pelo MEC.

2-O município de Cabaceiras-PB, obteve o IDEB observado em 5,6 para o 5º ano, tendo como meta projetada de 3,7, significa dizer que atingiu o valor projetado pelo MEC, já para o 9º ano atingiu 4,0 também foi satisfatório, pois a meta projetada era de 3,7 para o ano de 2013.

3-O município de Caraúbas-PB, obteve o IDEB observado em 3,8 para o 5º ano, tendo como meta projetada de 4,4, significa dizer que não atingiu o valor projetado pelo MEC. Para o 9º ano atingiu 3,3 e foi satisfatório, pois a meta projetada era de 2,8 para o ano de 2013.

4-O município de Coxixola-PB, obteve o IDEB observado em 3,2 para o 9º ano, tendo como meta projetada de 3,3, significa dizer que não atingiu o valor projetado pelo MEC 2013, já para o 5º ano não existe valor, visto que nesta escola não existe turma de 5º ano.

5-O município de Santo André-PB, obteve o IDEB observado em 4,7 para o 5º ano, tendo como meta projetada de 4,1, significa dizer que atingiu o valor projetado pelo MEC. Para o 9º ano atingiu 3,8 e não foi satisfatório, pois a meta projetada era de 4,6 para o ano de 2013.

6-O município de Sumé-PB, obteve o IDEB observado em 4,4 para o 5º ano, tendo como meta projetada de 3,8, significa dizer que atingiu o valor projetado pelo MEC. Para o 9º ano atingiu 4,0 sendo satisfatório, pois a meta projetada era de 3,7 para o ano de 2013.

**Tabela 10.** Distorção Idade/Série das Escolas Estudadas nestes municípios durante 06 anos.

<b>Município</b>	<b>Anos</b>					
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Assunção</b>	52%	39%	25%	31%	35%	28%
<b>Cabaceiras</b>	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<b>Caraúbas</b>	25%	15%	23%	23%	28%	29%
<b>Coxixola</b>	52%	39%	25%	31%	35%	28%
<b>Santo André</b>	24%	16%	17%	20%	19%	11%
<b>Sumé</b>	24%	9%	11%	15%	19%	22%

Fonte: Prova Brasil 2013, INEP.

## 5 DISCUSSÃO

A análise dos dados sobre a percepção e o grau de participação da gestão democrática na escola pública no Cariri Oriental e Ocidental paraibano, poderá servir como base para futuros trabalhos com projetos educacionais, a fim de poder desenvolver nas escolas dessa região, temáticas envolvendo fóruns que possam ajudar nas dificuldades encontradas dentro da escola sobre gestão democrática.

A pesquisa nas escolas do Cariri Oriental e Ocidental paraibano mostra que a comunidade escolar pouco participa e entende sobre este assunto, para Saviani (2008.p. 55)em seu livro “Escola e Democracia”, uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior, estará empenhada em que a escola funcione bem, então um ensino eficaz depende de quem faz parte dela. Diante disso, é preciso conhecer métodos tradicionais e novos. De acordo com o levantamento precisa-se de imediato fazer algo para a população das escolas diante das respostas obtidas pelos participantes.

Quanto à participação dos entrevistados sobre gestão democrática nas escolas dos municípios do Cariri Oriental e Ocidental paraibano, quem teve maior frequência participando da pesquisa foram os alunos com (56,0%), professores (18,5%), funcionários (12,1%), conselheiro escolar (8,8%) e gestores (4,7%).

Quanto ao conhecimento se a escola tinha Conselho Escolar os professores em suas respectivas escolas (100%) afirmaram saber que existem, os funcionários(88,7%), os gestores(66,7%), alunos(58,7%) e os conselheiros não participaram desta questão, visto que eles representam o próprio Conselho. Por outro lado, foi abordado se os professores conheciam os membros do Conselho Escolar (44,2%) conhece todos, (42,1%)conhece alguns, (13,7%) não conhece nenhum. Neste caso é preocupante, visto que se somamos os professores que conhecem alguns e os que não conhecem nenhum chega a um total de (55,8%).

No caso dos funcionários (32,3%) todos conhecem, (46,8%) conhece alguns, (20,9%) não conhece nenhum membro do Conselho escolar, neste caso dos funcionários a situação é de que a diferença entre os que conhecem alguns, para os que não conhecem nenhum membro do Conselho de sua escola chega a um total de (67,7%).

A situação dos gestores quanto ao conhecimento dos membros do Conselho Escolar é da seguinte maneira: (75%) conhecem todos os membros do conselho escolar, (12,5%) conhecem alguns, (12,5%) não conhece nenhum. Este resultado também não é satisfatório onde os gestores classificados nesta pesquisa são os diretores escolares, coordenadores,

supervisores, e orientadores pedagógicos observando os que conhecem alguns, e os que não conhecem nenhum chega a (25%) considerado um valor alto, visto que toda equipe pedagógica tem que trabalhar com todos os conselheiros escolares.

Quanto ao conhecimento dos membros do Conselho escolar, os alunos identificaram da seguinte maneira:(44,2%)conhecem todos, (42,1%) conhecem alguns e (13,7%)não conhecem nenhum membro do Conselho Escolar de sua escola. Portanto, fazendo uma comparação quantitativa e qualitativa entre os indicadores nenhum e alguns, chegou-se a seguinte conclusão:(55, 5%)demonstram que uma grande quantidade de alunosestá sem assistência do seu Conselho Escolar, considerando que a qualidade na escola para os alunos, segundo a função do Conselho é garantir um acompanhamento didático, pedagógico e financeira das escolas.

Estes resultados contrariamLibâneo (2000, p.60),que afirma que a participação se fundamenta na autonomia, a qual significa a capacidade das pessoas e dos grupos livres, mas de acordo com os dadospercebe-se que não existe coletividade dos atores, pois os trabalhos não estão sendo coletivos haja vista o conselho escolar se distanciar de suas atividades de responsabilidade no acompanhamento do funcionamento da escola. Paro, (2001, p.12), por sua vez,diz que o Conselho Escolar deve envolver toda a comunidade escolar com objetivos claros para o seu funcionamento, mas se observa que pouco os conselhos seguem os seus objetivos legais.

O Regimento interno da escola tem uma função de seguir os caminhos de uma instituição e é tarefa da participação da comunidade escolar, acompanhar em sua construção e de acordo com a pesquisa que teve, a iniciativa de identificar o conhecimento dos professores sobre a presença do regimento interno de sua escola com os critérios de: saber se conhece, desconhece e não sabe se existe.Obtivemos o seguinte resultado: (51,6%) dos professores sabe que existem, (12,7%) desconhece a existência e (35,7%) não sabe se a sua escola tem Regimento Interno. Então,a população de docentes precisa participar da vida deste documento para que os princípios da sua escola possam ser desenhados, e administrados à luz da democracia.

Os funcionários responderam os questionários a fim de apresentar o seu nível de conhecimento sobre a presença do regimento interno em sua escola e de acordo com a pesquisa (35,4%) conhecem a respeito, (30,7%) desconhecem e (33,9%) não sabem se existe. Observando os que desconhecem e os que não sabem se existe regimento interno em sua escola, chega a um valor de (64,6%), sendo esse resultado, considerado um indicador negativo

para a escola, pois grande parte dos funcionários não sabe como oficialmente é organizado o seu sistema escolar.

Os gestores que participaram da pesquisa tiveram em foco seu nível de conhecimento sobre a existência do Regimento Interno (54,2%) disseram que conhecem a presença do regimento interno de sua escola, (33,3%) desconhecem e (12,5%) não sabem se existe. Para os gestores, as respostas entre os que desconhecem e os que não sabem se existe regimento interno, chegou-se a um valor (45,8%). Isso significa dizer que os gestores precisam se aprofundar no sistema de organização dos documentos que norteiam a organização escolar para uma gestão participativa.

Os membros do Conselho Escolar, órgão deliberativo e consultivo, responderam os questionários para que pudesse ser identificado quantitativamente o seu grau de conhecimento sobre a presença do regimento interno da escola, (64,4%) afirmaram que conhecem o regimento interno de sua escola, (15,6%) desconhecem e (20%) não sabem se existe em sua escola regimento interno. Observando as respostas dos que desconhecem e os que não conhecem regimento interno em sua escola chegam a um total de (35,6%). É preocupante o próprio Conselho Escolar não ter ciência da existência do regimento interno de sua escola, pois ele é responsável na elaboração e execução das principais diretrizes para a gestão democrática na escola.

Os alunos tiveram uma maior participação na pesquisa, diante das respostas sobre a presença do regimento interno, (34,4%) afirmaram conhecer a presença do regimento interno na escola, (7,7%) desconhecem e (57,7%) não sabem se existe. Este resultado identifica provavelmente o que se percebe hoje nas escolas: os alunos não discutem democraticamente com os demais atores da escola, para alinhar como deve seguir seu modo de agir dentro do ambiente escolar.

O cálculo dos que desconhecem e os que não sabem se em sua escola há presença de regimento interno chega a um valor de (65,4%). Então, de imediato as escolas devem organizar debates no ano letivo para que os alunos possam contribuir com o funcionamento da escola que estuda, e assim se sentir como colaboradores do ambiente escolar, também sendo reconhecidos como gente que pensa.

Segundo a LDB nº 9.394/1996 e a Constituição Federal de 1988, assegura que em parte dos seus artigos e incisos, as escolas devem ter autonomia na organização e funcionamento, mas pelo contrário as instituições não atendem a legislação, pois os documentos que existem nas instituições ficam engavetados sem nenhuma finalidade de acordo com os resultados, como foram elaborados os regimentos internos das escolas.

Diante das realidades das escolas temos recentemente nos preocupado com a evasão, reprovação e uma aprendizagem defasada, pois com os indicadores que podemos observar no momento, possivelmente esse quadro poderá ser revertido, se as comunidades escolares não se organizarem em sua estrutura com legislação elaborada e a participação de todos.

O Projeto Político-Pedagógico-PPP é um documento norteador com propósitos democráticos e quando é construído coletivamente divide responsabilidade e valoriza os seguimentos da comunidade escolar.

Os professores responderam a pesquisa e observou-se que, (51,6%) conhecem a presença do P.P.P em sua escola, (18,9%) não sabem se existe e (29,5%) desconhecem. Então (48,4%) estão entre os que desconhecem e não sabe se existe P.P.P na escola que trabalham.

Os funcionários também foram avaliados sobre o grau de conhecimento da presença de P.P.P na escola que eles trabalham, sendo observado que (38,7%) conhecem, (24,2%) desconhecem e (37,1%) não sabe se existe. Observa-se um resultado negativo tendo em vista um total de pessoas participantes que desconhecem e não sabe se existe de (61,3%) como que os funcionários tivessem pouca importância no ambiente escolar.

Para os gestores que participaram da pesquisa obtivemos o seguinte resultado: (50%) conhecem a presença do P.P.P na escola, (33,3%) desconhecem e (16,7%) não sabem se existe. Entende-se que os gestores precisam se aperfeiçoar sobre a força política educacional, pois da forma que estão administrando na atualidade (50%) devem adequar-se ao modelo de gestão escolar democrática.

Os conselheiros atores dos documentos norteadores para uma gestão democrática apresentam a sua visão sobre a existência do P.P.P na escola. Observa-se que (35,6%) conhecem o P.P.P, (20%) desconhecem e (44,4%) não sabem se existe. Este resultado é preocupante para a educação que queremos hoje onde o próprio conselho, (64,4%) estão entre os que desconhecem e não sabem se existe P.P.P em sua escola.

Para os alunos que participaram da pesquisa (27,1%) conhecem o P.P.P das escolas, (2,4%) desconhecem (70,5%) não sabem se existe. Então, (72,9%) estão entre os que desconhecem e os que não sabem se existe Projeto Político-Pedagógico-P.P.P. Observa-se que diversas vezes os alunos são cobrados, mas pouco pode ser alcançado por parte dos alunos diante da situação que as escolas ainda funcionam, de forma opressora ou as vezes abertura sem limites para seguir princípios, tornando-se uma escola sem organização e sem regulamento legal para o seu funcionamento.

Mendonça (2000) afirma que além de garantir que os sistemas descentralizem as decisões e os controles de caráter também pedagógico, administrativo e financeiro, assim

precisa ser definida a sua estrutura para que as propostas pedagógicas das escolas não fiquem desfragmentadas como demonstra a pesquisa, pois, pouco se conhece a existência desse documento, quando existe.

A participação da comunidade escolar na elaboração dos direitos e deveres no funcionamento da escola é importante, pois cada seguimento fica ciente para cumprir o que foi planejado. A participação dos professores e suas percepções sobre como estão os debates nas escolas do Cariri Oriental e Ocidental paraibano, sobre a elaboração dos direitos e deveres observou-se que (48,4%) sempre participam, (41,1%) às vezes e (10,5%) nunca participaram. Evidentemente, se os docentes não têm oportunidade de participar da organização pedagógica e dos debates da instituição que trabalham não é possível alcançar os resultados desejados, tendo como resultado que (51,6%) estão entre aqueles que nunca tiveram espaço na escola para contribuir com os direitos e deveres da escola que trabalha.

Os funcionários também tiveram a sua participação declarando como vem sendo a sua colaboração nas discussões dos direitos e deveres dos funcionários obtendo o seguinte resultado, (12,9%) afirmaram que sempre participam, (38,7%) às vezes participam e (48,4%) nunca tiveram oportunidade de estar presente nos debates dos direitos e deveres para o funcionamento da sua escola. Obviamente, qualquer funcionário tem sabedoria para dar sugestão para o melhor do seu trabalho, então entre os que responderam: às vezes e nunca tivemos, estão (87,1%) dos participantes, justificando que o espaço não é aberto para contribuir para uma escola democrática.

Os gestores das escolas do Cariri Oriental e Ocidental paraibano tiveram a seguinte percepção na elaboração dos direitos e deveres (29,2%) afirmaram sempre participarem, (37,7%) às vezes e (33,3%) nunca participaram. Os gestores nesta pesquisa foram classificados. A equipe administrativa e pedagógica como, diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores, e orientadores, tendo em vista que entre às vezes e nunca obteve um valor de (71%) desses atores dentro da escola que não estão completamente dentro da elaboração dos princípios pedagógicos e administrativos, isso justifica que os princípios de gestão democrática não estão sendo adequados nas redes de ensino do Cariri.

O Conselho Escolar tem uma função de grande relevância dentro da escola pública, tendo em vista que é composto por vários seguimentos da sociedade e a legislação deixa claro que qualquer norma de funcionamento pedagógico e administrativo na escola deve ser analisado e aprovado pelos membros do Conselho Escolar, e, diante da pesquisa tivemos o seguinte resultado (35,5%) afirmaram que sempre participam, (37,8%) às vezes e (26,7%) nunca tiveram espaço para participar da elaboração dos direitos e deveres da escola. Portanto,

(64,5%) responderam entre às vezes e nunca, não sendo satisfatório para as escolas do Cariri Oriental e Ocidental paraibano, já que, segundo a legislação brasileira determina as escolas devem seguir modelo de gestão democrática.

Os alunos representam um público dentro da escola que é visto como indivíduos receptores de normas para cumprir o que já está determinado, mas a gestão democrática abre espaço para que os discentes participem dos direitos e deveres da escola e diante da pesquisa com os alunos da região, (9,4%) afirmaram sempre participarem das decisões dos direitos e deveres da escola, (33,3%) às vezes e (57,3%) nunca tiveram oportunidade de participar. A situação dos alunos é preocupante porque entre as respostas às vezes e nunca, temos (90,6%) dessa clientela, sem espaço na sua escola para junto com a comunidade participar, e opinar como deve funcionar, pois esses alunos desconhecem ou recebem ordens para cumprirem sem seguir nenhum princípio da gestão escolar democrática.

Quando Libâneo(2000) afirma que a escola é uma construção conjunta do ambiente de trabalho, significa dizer que a comunidade escolar precisa de autonomia para dialogar, pois os direitos e deveres devem ser através da comunicação deixando o modelo antigo e autoritário.

O diálogo no espaço escolar é importante para um bom funcionamento, os professores tiveram oportunidade de poder expressar as suas observações no seu cotidiano, diante dos conceitos (38,7%) afirmaram ser bom, (14,5%) ótimo, (12,8%) excelente, (22,6%) regular e (11,3%) ruim. A percepção do diálogo de acordo com os resultados obtidos precisa dos professores terem mais oportunidade de dialogar as questões educacionais dentro do ambiente escolar.

Para os funcionários, a percepção dos mesmos sobre o diálogo no seu ambiente escolar é de (37,8%) que existe um bom diálogo, (9,72%) ótimo, (18,4%) excelente, (19,8%) regular e (14,2%) ruim. Observando os dados não apresenta nas escolas do Cariri oriental e ocidental um diálogo, ou seja uma excelente comunicação.

Os alunos também tiveram a oportunidade de participar da pesquisa para expressar sobre suas observações, da presença do diálogo no ambiente escolar do Cariri Oriental e Ocidental paraibano. Os alunos tem contato direto com todos que fazem parte da escola constantemente e a sua percepção foi a seguinte, (37,8%) confirmaram bom, (9,72%) ótimo, (18,4%) excelente, (19,8%) regular e (14,2%) ruim. Para os alunos, esse resultado precisa melhorar muito, pois o aluno precisa de uma aproximação de todos que fazem a escola.

Para concluir os questionários, todos os envolvidos na pesquisa responderam sobre o nível de conhecimento em legislação que garante uma gestão democrática na escola pública. Quanto à, percepção dos professores, observou-se que (33,7%) conhecem, (66,3%)

desconhecem, isto é, pode ser um grande problema para a educação visto que se percebe que grande maioria dos docentes não conhece nenhuma legislação que aborde a gestão democrática na escola pública.

Os funcionários também se expressaram sobre o conhecimento de legislação em gestão democrática na escola sendo muito preocupantes os resultados que se observam: (6,5%) conhecem e (93,5%) desconhecem alguma legislação sobre gestão democrática na escola. Portanto, é observado um resultado negativo diante da situação que se encontram os funcionários no sentido de conhecerem alguma legislação para que as escolas trabalhem democraticamente.

Para os gestores, (41,7%) conhecem alguma legislação para o funcionamento de uma gestão democrática na escola pública e (58,3%) desconhecem. Então, observando os gestores que existem nas escolas pesquisadas, percebe-se que uma minoria conhece alguma legislação para a gestão democrática na educação. Assim, é preciso que em breve haja uma preparação para os administradores, onde possam debater para organizar as escolas, mas para isso é preciso conhecer.

Os conselheiros já fazem parte de uma legislação para a gestão democrática, mas pelo que se observa nas respostas podem analisar pouco conhecimento, considerando que, de acordo com a pesquisa (15,5%) conhecem e (84,5%) desconhecem. Este resultado apresenta um diagnóstico dos conselhos escolares do Cariri Oriental e Ocidental paraibano, apontando que os membros, mesmo participando, não sabem o significado do porquê participar e para quê.

Para os alunos, o conhecimento sobre legislação que garante uma gestão democrática na escola e o grau de conhecimento sobre a mesma foi da seguinte maneira: (4,9%) conhecem e (95,1%) desconhecem. Neste resultado, observa-se que os alunos não sabem quase nada sobre alguma legislação que garante uma gestão democrática na escola. Tendo em vista esta situação e considerando que queremos melhorar com a colaboração dos alunos, nós precisamos junto com eles dividir as responsabilidades. Com a inovação política do Brasil foi preciso à elaboração de dispositivos para que ocorresse a gestão democrática, mas mesmo sobre este período que não é tão recente, de acordo com a pesquisa, pouco se conhece nas escolas de uma legislação que garante gestão democrática na educação.

Algumas questões específicas foram direcionadas apenas aos Conselheiros das escolas, os outros seguimentos não participaram dessas questões.

Para os conselheiros foi questionado se estavam cientes da sua função e de acordo com a afirmação (68,9%) disseram que sim, (31,1%) não estão cientes de seu papel como

conselheiros escolares. Sobre a participação do conselho escolar nas decisões financeira e pedagógica, os entrevistados responderam: (44,4%) sempre participam, (37,8%) às vezes, (17,8%) nunca. Então entreos indicadores às vezes e nunca chegam a um total de (55,6%). Este resultado é preocupante, pois não se sabe como é que estão sendo administrados os recursos destinadosàs escolas nem os projetos pedagógicos das escolas do Cariri Oriental e Ocidental paraibano.

Aos conselheiros questionou-se, se eles tinham interesse de participar das decisões de funcionamento das escolas; as repostas foram tão sólidas que podemos observar: (95,5%) afirmaram que gostariam de participar, (4,5%) disseram não. Então percebemos a vontade que os conselheiros têm de ser valorizados, sendo reconhecidos pelo que representam na escola.

Verificando a opinião dos professores sobre a construção do Conselho Escolar e o Projeto Político Pedagógico-P.P.P das escolas edos que participaram da pesquisa podemos observar que os docentes tiveram respostas muito curtas. Mas se percebe que nas escolas, quando existe o P.P.P ele está desatualizado.Alguns professores afirmam que não sabem o que é nem pra que serve, alguns afirmaram que foi construído pelos professores. Então a certeza destes sobre a existência e a construção do Projeto Político-Pedagógico-P.P.Pdeveser repensada pelos docentes.

Os funcionários também responderamque foi construído o P.P.P das escolas do Cariri-PB, mas nenhum sabe como isso aconteceu. Dessa forma, pode-se observar que para os funcionários o P.P.P não tem nenhum sentido.

Para os gestores, mesmo estando próximos da administração escolar percebemos que há um problema na construção do P.P.P, pois em algumas escolas são alguns técnicos que elaboram e entregam para as mesmas, apenas para cumprir a existência desse documento, sem nenhum objetivo. Outro ponto observado é que a comunidade foi quem construiu não sendo especificados pelo menos os principais atores dessa construção.

Já os conselheiros afirmaram como foi construído o P.P.P ede acordo com as respostas observa-se que pouco conhecem, situação preocupante, porque o Conselho Escolar é um órgão responsável para acompanhamento na elaboração do P.P.P nas escolas.

Sobre a visão dos alunos e a construção do P.P.P nas escolas, observou- se que a maioria não tem conhecimento de como foi construído esse documento norteador na escola,nem sabe que existe, muito menos como foi construído.

Sobre Regimento Interno, os professores apresentaram alguns modelos justificando como sendo a participação da comunidade, mas não especificaram, pelo menos alguns. O poder executivo em uma das cidades, construiu e decretou a lei de criação para todas as

escolas, mas em nenhum momento integrou a comunidade para fazer parte do conhecimento de alguns fatores essenciais para o funcionamento da instituição. Atitude preocupante, estabelece uma situação antidemocrática.

Sobre a construção do regimento interno da escola na visão dos funcionários, observa-se que estes, estão tímidos para falar de um documento muito importante, poucos responderam a questão e grande parte abordada afirma que não sabe como foi construído.

As afirmações dos gestores foram muito resumidas e eles justificaram-se de certa forma. Entretanto, poucos se sentiram a vontade para tratar o assunto.

A participação de alguns conselheiros é de que o Regimento Interno foi construído pela comunidade escolar, mas pela frequência dos participantes não convence, pois parece ser repetida a mesma frase e por outro lado, grande parte diz que não sabe explicar como foram construídos, como também alguns não quiseram responder a presente questão tendo em vista que o conselho é órgão responsável pelo acompanhamento da construção do regimento interno de uma escola.

As respostas dos alunos foram insuficientes devido a quantidade de educandos que participaram da pesquisa. As respostas se resumiram apenas em afirmar que o regimento tem uma função de elaboração de normas da escola, mesmo assim não focou claro como foi construído.

Os professores falaram sobre legislação que garante gestão democrática na escola e de acordo com as respostas se percebe que foram citadas as principais, mas poucos tiveram conhecimento sendo afirmado que não lembravam ou não sabiam o significado de legislação na gestão democrática escolar.

Quanto às respostas dos funcionários, é preocupante verificar nenhum teve conhecimento de alguma legislação sobre gestão democrática no ambiente de trabalho. Obviamente observa-se que os mesmos nunca tiveram oportunidade de debater assuntos dessa natureza em seu ambiente escolar.

Os gestores, no que diz respeito à gestão democrática na escola confirmam conhecimento sobre legislação educacional e entre os que participaram da pesquisa julgamos esse nível de conhecimento satisfatório, ou seja, responderam adequadamente, sendo preocupante no entanto, o fato de nenhum dos entrevistados fazer algum questionamento.

Os conselheiros que participaram da pesquisa e responderam ao questionário obtiveram conhecimento considerado regular, ou seja, em partes conhecem algumas, sendo preocupante, pois os conselheiros escolares poucos tiveram a iniciativa de responder demonstrando não saber do assunto abordado.

Contudo, a maior preocupação que verificamos foi em relação aos alunos serem desconhecedores do tema, visto que ele é protagonista no ambiente escolar e por isso, é necessária urgência para novas práticas no sentido de trabalhar com metodologias renovadas garantindo um trabalho coletivo.

Com base nos dados encontrados pode-se afirmar que o maior problema ainda está nas atitudes dos profissionais que deviriam se sensibilizar quanto a aplicação das regras de gestão escolar democrática, a fim de organizar o ambiente escolar com princípios de coletividade conhecendo a legislação educacional.

A legislação educacional orienta os profissionais da educação sobre os cuidados necessários, mas normalmente as escolas não dispõem de profissionais preparados para desenvolver atitudes cabíveis na aplicabilidade dos elementos norteadores para a gestão escolar democrática na educação pública.

## **6 CONCLUSÃO**

O resultado da pesquisa apresenta ausência de conhecimento sobre Gestão Democrática na Educação por parte dos atores estratégicos, por isso dificulta o desenvolvimento dos trabalhos coletivos nas escolas. Agrava-se o problema por uma baixa participação dos que conhecem. Neste aspecto, o problema se agrava pelo fato dos alunos serem o maior grupo e ao mesmo tempo o menos participativo, indo ao encontro do que propunha Alexander Neill com sua pedagogia libertária (GAUTHIER e TARDIF, 2010).

Somado a isto, as escolas pesquisadas tiveram seus documentos técnicos de planejamento (Plano Político Pedagógico) construídos de forma não participativa, o que dificulta ainda mais sua aplicabilidade. Com esse resultado se percebe que o funcionamento dessas escolas se torna falho, reduzindo a eficiência da construção de indivíduos socialmente conscientes. Uma intervenção abrupta para corrigir os procedimentos adotados deve acontecer para que o quadro atual seja revertido.

A gestão escolar democrática no Cariri paraibano se encontra fragilizada, devido ao baixo conhecimento dos atores estratégicos sobre a temática, agregado a heterogeneidade da participação dos mesmos dentro das atividades participativas. Documentos técnicos concebidos sem a participação do coletivo não auxiliam como deveriam. Uma mudança deve ser feita neste cenário para redução da situação atual. A comunidade escolar deve estar unida para suprir as necessidades da instituição, de modo que ofereça diferentes estratégias de fazer educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Angela. **Aceita um conselho?** Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

BRASIL. Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1966. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, Comissão de Especialistas para as Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. UNESCO. *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília, 1996.

Borges, Benedito. 1959. **Gestão democrática da escola pública:** perguntas e respostas / Benedito Borges. – Maringá: Edição do autor, 2008.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

DOURADO, Luz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a distância, 2006.

\_\_\_\_ FERREIRA, Naura C. (Org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo, Cortez, 2001

Freire, Paulo – **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido – Ana Maria Araújo freire – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Freire, Paulo – **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz terra, 2005.

. \_\_\_\_ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei nº 9394/96- Brasília: Imprensa Oficial, 1116.

GADOTTI, Moacyr. **Escolar Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

GAUTHIER, C. **Alexander Neill e a Pedagogia Libertária**. IN: GAUTHIER, Clemont e TARDIF, Maurice. *A Pedagogia, Teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, V. 2: Editora Civilização

Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, V. 3: Editora Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. João Ferreira de Oliveira, Karine Nunes de Moraes, Luiz Fernandes Dourado: **Gestão escolar democrática**: definições, princípios e mecanismos de implementação - UFG.

LIBÂNEO, José Carlos. Formação de professores e nova qualidade educacional. In: Revista Educativa, Goiânia, v.3, Jan. Dez. 2000, p. 43-70.

LIBÂNEO, José Carlos. Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens? In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Políticas de currículo em múltiplos contextos*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

**LDB**. In: Revista Brasileira de Política e Administração. Associação nacional de Política e Administração da Educação. V.1, nº 1 jan./ jun., 1993. Porto Alegre: ANPAE.

LUCE, Maria Beatriz. In.: Gestão Democrática escolar. Disponível em URL <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/ge/meio.htm>. Acessado em 10/06/2007, às 09:30 h.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política Educacional nos anos 1990**: Educação Básica e Empregabilidade. In: *Políticas Públicas à Educação Básica*. São Paulo: xamã, 2001

Segundo a cartilha (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO).

## APÊNDICES

**APÊNDICE A -Ofício59 / solicitação de coleta de dados.**



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

Ofício n.059/2015. Assunción-PY, 13/07/2015

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES , solicita autorização para realização de coleta de dados do Projeto para Dissertação do Mestrado Profissional em **Ciências da Educação e Multidisciplinaridade**, intitulada: **A Percepção da Gestão Escolar Democrática na Educação Básica do Cariri Oriental e Ocidental Paraibano - 2015**, na E.M.E.F Jaime Ferreira Tavares, no município de Assunção-PB, que será desenvolvido pelo Mestrando **Ancelmo Antonio de Almeida Araújo**, matrícula N° 1321010054, regularmente matriculado nesta Instituição.

O referido Mestrando está sob a Orientação do Professor **Thiago César Farias Silva**, vinculado ao nosso Programa de Mestrado, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa (coleta de dados) no decorrer do semestre 2015.2.

Certos de contarmos com vossa Instituição, agradecemos antecipadamente.

*Rosângela Guimarães de Oliveira*

---

Rosângela Guimarães de Oliveira  
RG. 936860 SSP/PB  
Coordenadora de Mestrado

Ilm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Diana Nóbrega

---

Diretora da E.M.E.F Jaime Ferreira Tavares

**APÊNDICE B -Ofício60 / solicitação de coleta de dados.**



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Ofício n.060/2015. Assunción-PY, 13/07/2015

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES , solicita autorização para realização de coleta de dados do Projeto para Dissertação do Mestrado Profissional em **Ciências da Educação e Multidisciplinaridade**, intitulada: **A Percepção da Gestão Escolar Democrática na Educação Básica do Cariri Oriental e Ocidental Paraibano - 2015**, na E.M.E.I.E.F Gonçala Rodrigues de Freitas, no município de Sumé-PB, que será desenvolvido pelo Mestrando **Ancelmo Antonio de Almeida Araújo**, matrícula N° 1321010054, regularmente matriculado nesta Instituição.

O referido Mestrando está sob a Orientação do Professor **Thiago César Farias Silva**, vinculado ao nosso Programa de Mestrado, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa (coleta de dados) no decorrer do semestre 2015.2.

Certos de contarmos com vossa Instituição, agradecemos antecipadamente.

*Rosângela Guimarães de Oliveira*

---

Rosângela Guimarães de Oliveira  
RG. 936860 SSP/PB  
Coordenadora de Mestrado

Ilm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Josean da Silva Lima

---

Diretora da E.M.E.I.E.F Gonçala Rodrigues de Freitas

**APÊNDICE C -Ofício 61 / solicitação de coleta de dados.**



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Ofício n.061/2015. Assunción-PY , 13/07/2015

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES , solicita autorização para realização de coleta de dados do Projeto para Dissertação do Mestrado Profissional em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade, intitulada: A Percepção da Gestão Escolar Democrática na Educação Básica do Cariri Oriental e Ocidental Paraibano - 2015, na E.E.E.F.M Manoel Honorato Sobrinho, no município de Coxixola-PB, que será desenvolvido pelo Mestrando Ancelmo Antonio de Almeida Araújo, matrícula N° 1321010054, regularmente matriculado nesta Instituição.

O referido Mestrando está sob a Orientação do Professor **Thiago César Farias Silva**, vinculado ao nosso Programa de Mestrado, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa (coleta de dados) no decorrer do semestre 2015.2.

Certos de contarmos com vossa Instituição, agradecemos antecipadamente

*Rosângela Guimarães de Oliveira*

---

Rosângela Guimarães de Oliveira  
RG. 936860 SSP/PB  
Coordenadora de Mestrado

Ilm°. Sr°. José Damião Neves

---

Diretor da E.E.E.F.M Manoel Honorato Sobrinho

**APÊNDICE D-Ofício63 / solicitação de coleta de dados.**



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Ofício n.063/2015. Assunción-PY, 13/07/2015

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES, solicita autorização para realização de coleta de dados do Projeto para Dissertação do Mestrado Profissional em **Ciências da Educação e Multidisciplinaridade**, intitulada: **A Percepção da Gestão Escolar Democrática na Educação Básica do Cariri Oriental e Ocidental Paraibano - 2015**, na E.M.E.I.E.F Alice Jorge da Silva, no município de Caraúbas-PB, que será desenvolvido pelo Mestrando **Ancelmo Antonio de Almeida Araújo**, matrícula N° 1321010054, regularmente matriculado nesta Instituição.

O referido Mestrando está sob a Orientação do Professor **Thiago César Farias Silva**, vinculado ao nosso Programa de Mestrado, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa (coleta de dados) no decorrer do semestre 2015.2.

Certos de contarmos com vossa Instituição, agradecemos antecipadamente

*Rosângela Guimarães de Oliveira*

---

Rosângela Guimarães de Oliveira  
RG. 936860 SSP/PB  
Coordenadora de Mestrado

Ilm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Vanessa Cristina de Oliveira Souza

---

Diretora da E.M.E.I.E.F Alice Jorge da Silva

**APÊNDICE E -Ofício 64 / solicitação de coleta de dados.**



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

Ofício n.064/2015. Assunción-PY, 13/07/2015

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES , solicita autorização para realização de coleta de dados do Projeto para Dissertação do Mestrado Profissional em **Ciências da Educação e Multidisciplinaridade**, intitulada: **A Percepção da Gestão Escolar Democrática na Educação Básica do Cariri Oriental e Ocidental Paraibano - 2015**, na E.M.F.E Ensino Médio Abdias Aires de Queiroz, no município de Cabaceiras-PB, que será desenvolvido pelo Mestrando **Ancelmo Antonio de Almeida Araújo**, matrícula N° 1321010054, regularmente matriculado nesta Instituição.

O referido Mestrando está sob a Orientação do Professor **Thiago César Farias Silva**, vinculado ao nosso Programa de Mestrado, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa (coleta de dados) no decorrer do semestre 2015.2.

Certos de contarmos com vossa Instituição, agradecemos antecipadamente

*Rosângela Guimarães de Oliveira*

---

Rosângela Guimarães de Oliveira  
RG. 936860 SSP/PB  
Coordenadora de Mestrado

Ilm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Silvia Fernanda Sampaio de Andrade

---

Diretora da E.M.F.E Ensino Médio Abdias Aires de Queiroz

**APÊNDICE F-Ofício65 / solicitação de coleta de dados.**



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Ofício n.065/2015. Assunción-PY, 13/07/2015

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES, solicita autorização para realização de coleta de dados do Projeto para Dissertação do Mestrado Profissional em **Ciências da Educação e Multidisciplinaridade**, intitulada: **A Percepção da Gestão Escolar Democrática na Educação Básica do Cariri Oriental e Ocidental Paraibano - 2015**, na E.E.I.E.F Felon Medeiros, no município de Santo André-PB, que será desenvolvido pelo Mestrando **Ancelmo Antonio de Almeida Araújo**, matrícula Nº 1321010054, regularmente matriculado nesta Instituição.

O referido Mestrando está sob a Orientação do Professor **Thiago César Farias Silva**, vinculado ao nosso Programa de Mestrado, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa (coleta de dados) no decorrer do semestre 2015.2.

Certos de contarmos com vossa Instituição, agradecemos antecipadamente.

*Rosângela Guimarães de Oliveira*

---

Rosângela Guimarães de Oliveira  
RG. 936860 SSP/PB  
Coordenadora de Mestrado

Ilm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Kaline Lustosa de Almeida Gadelha

---

Diretora da E.E.I.E.F Felon Medeiros

**APÊNDICE G–Questionário A utilizado para coleta de dados.**



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

**CURSISTA : ANCELMO ANTÔNIO DE ALMEIDA ARAÚJO**  
**PESQUISA SOBREA PERCEPÇÃO DAGESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA NO CARIRI ORIENTAL E OCIDENTAL PARAIBANO- 2015**

**QUESTIONÁRIO -A**

1-Função: \_\_\_\_\_

2-Sexo: a- ( ) Masculino      b-( ) Feminino    c- Idade:\_\_\_\_\_

3-Tempo de serviço na função \_\_\_\_\_ e na atual escola \_\_\_\_\_

4- Nível de Escolaridade: a-( ) Superior Completo    b- ( ) Superior incompleto

c-( ) Especialização Completo    d- ( ) Especialização Incompleto

e- ( ) Outros: \_\_\_\_\_

5 - Na sua escola existe Conselho Escolar?

a-( ) sim    b-( ) não    c- ( ) não sabe se existe

5.1- Se você sabe que na sua escola existe Conselho Escolar, você conhece os membros do conselho?

a-( ) todos      b- ( ) nenhum    c- ( ) alguns

5.2 Se existe Conselho Escolar como funciona? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6-Na sua escola existe PPP ( Projeto Político Pedagógico)?

a-( ) sim      b-( ) não    c- ( ) não sabe se existe

6.1- Se existe PPP (Projeto Político Pedagógico), como foi construído?

---

---

---

---

---

7- Na sua escola existe Regimento Interno?

a-( ) sim b-( ) não c-( ) não sabe se existe

7.1- Se tem regimento interno, como foi construído?

---

---

---

8- Sobre os direitos e deveres, a comunidade escolar participa das decisões de funcionamento da escola.

a-( ) nunca b-( ) as vezes c-( ) sempre

9- Você como professor participa das decisões de funcionamento da escola que trabalha?

a-( ) nunca b-( ) sempre c-( ) as vezes

10- Você conhece alguma legislação que garante a gestão democrática na escola?

a-( ) sim b-( ) não

10.1 Se conhece, fale sobre a (s) mesma (s): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

11- No seu ambiente de trabalho, você percebe que é um lugar aberto para o diálogo?

a-( ) Bom b-( ) Ótimo c-( ) Ruim d-( ) Excelente e-( ) Regular

Justifique a sua

resposta: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

**APÊNDICE H – Questionário B utilizado para coleta de dados.**



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

**CURSISTA: ANCELMO ANTÔNIO DE ALMEIDA ARAÚJO**  
**PESQUISA SOBRE, A PERCEPÇÃO DAGESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA NO CARIRI ORIENTAL E OCIDENTAL PARAIBANO-2015**

**QUESTIONÁRIO - B**

1-Função: \_\_\_\_\_

2- a-Masculino ( ) b-Feminino ( ) c- Idade: \_\_\_\_\_

3- Nível de Escolaridade:

1ª a 4ª série/5º ano- a-( ) completo b-( ) Incompleto

5ª a 8º série/9º ano b-( ) completo b-( ) Incompleto

1º ao 3º ano do ensino médio-c-( ) Completo b-( ) Incompleto

outros: \_\_\_\_\_

4-Você acha que os funcionários devem participar das decisões de funcionamento da escola?

a-( ) sim b-( ) não

5-Você sabe se na sua escola existe Conselho Escolar?

a-( ) existe b-( ) não existe c-( ) não sei se existe Conselho Escolar

6- Se existe Conselho Escolar, você conhece os membros?

a-( ) todos b-( ) alguns c-( ) nenhum

7- Sobre direitos e deveres dos funcionários você já teve oportunidade de participar da elaboração com os demais que faz parte da escola?

a-( ) nunca b-( ) às vezes c-( ) sempre

8-Na sua escola existe Regimento Interno?

a-( ) sim b-( ) não c-( ) não sabe se existe

8.1- Se tem regimento interno, como foi construído?

---

---

---

---

9-Na sua escola existePPP ( Projeto Político Pedagógico)?  
a-( ) sim      b-( ) não    c- ( ) não sabe se existe

9.1- Se existe PPP (Projeto Político Pedagógico), como foi construído?

---

---

---

---

10-No seu ambiente de trabalho, você percebe que é um lugar aberto para o diálogo?

a-( ) Bom    b-( ) Ótimo    c-( ) Excelente d-( ) Ruim    e-( ) Regular

Justifique a sua resposta:

---

---

---

---

---

---

11- Você conhece alguma legislação que garante uma gestão democrática?

a-( )sim    b-( ) não

11.1- Se conhece fale sobre a (s) mesma(s):

---

**APÊNDICE I – Questionário C utilizado para coleta de dados.**



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

**CURSISTA: ANCELMO ANTÔNIO DE ALMEIDA ARAÚJO**  
**PESQUISA SOBRE, A PERCEPÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA NO CARIRI ORIENTAL E OCIDENTAL PARAIBANO- 2015**

**QUESTIONÁRIO - C**

1-Função: \_\_\_\_\_

2-Sexo: a- ( ) Masculino      b-( ) Feminino    c- Idade: \_\_\_\_\_

3-Tempo de serviço na função \_\_\_\_\_ na escola \_\_\_\_\_

4-Nível de Escolaridade: a-( ) Superior Completo    b- ( ) Superior incompleto

c-( ) Especialização Completo    d- ( ) Especialização Incompleto

e-( ) outros: \_\_\_\_\_

5 - Na sua escola existe Conselho Escolar?

a-( ) sim    b-( ) não    c- ( ) não sabe se existe

5.1- Se você sabe que na sua escola existe Conselho Escolar, você conhece os membros do conselho?

a-( ) todos      b- ( ) nenhum    c- ( ) alguns

5.2 Se existe Conselho Escolar, como funciona? \_\_\_\_\_

6-Na sua escola tem PPP ( Projeto Político Pedagógico)?

a-( ) sim      b-( ) não    c- ( ) não sabe se existe

6.1- Se existe PPP (Projeto Político Pedagógico), como foi construído?

7- Na sua escola existe Regimento Interno?

a- ( ) sim b- ( ) não c- ( ) Não sabe se existe

7.1- Se tem regimento interno, como foi construído?

---

---

---

8- Sobre os direitos e deveres, a comunidade escolar participa das decisões?

a- ( ) nunca b- ( ) as vezes c- ( ) sempre

9- Diante de sua função, você participa das decisões de funcionamento da escola?

a- ( ) nunca b- ( ) às vezes c- ( ) sempre

10- Você conhece alguma legislação que garante a gestão democrática na escola?

a- ( ) sim b- ( ) não

10.1 Se conhece fale sobre a (s) mesma (s): \_\_\_\_\_

---

---

---

**APÊNDICE J – Questionário D utilizado para coleta de dados.**



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

**CURSISTA : ANCELMO ANTÔNIO DE ALMEIDA ARAÚJO**  
**PESQUISA SOBRE, A PERCEPÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA NO CARIRI ORIENTAL E OCIDENTAL PARAIBANO- 2015**

**QUESTIONÁRIO- D**

1-Representação:\_\_\_\_\_

2-Masculino ( ) b-Feminino ( ) c- Idade:\_\_\_\_\_

3-Nível de Escolaridade:

1ª a 4ª série/5º ano a-( ) completo b-( ) Incompleto

5ª a 8º série/9º ano b-( ) completo b-( ) Incompleto

1º ao 3º ano do ensino médio c-( ) Completo c-( ) Incompleto

outros:\_\_\_\_\_

4-Como tem acontecido a sua participação nas decisões para o funcionamento da escola?

a-( ) nunca b-( ) sempre c-( ) às vezes

5-Você gostaria de participar das decisões do funcionamento da escola?

a-( ) sim b-( ) não

6- Você tem participado das decisões pedagógica e financeira da sua escola?

a-( ) nunca b-( ) sempre c-( ) às vezes

7- Como ocorre o calendário das reuniões do Conselho Escolar?

a-( ) mensalmente b-( ) bimestralmente c-( )

outros\_\_\_\_\_

8- Você tem se sentido motivado em participar do Conselho Escolar?

a-( ) nunca b-( ) às vezes c-( ) sempre

9- Você é ciente da sua função como conselheiro (a) dentro de uma instituição escolar?

a-( ) sim b-( ) não

10-Na sua escola tem PPP ( Projeto Político Pedagógico)?  
a-( ) sim      b-( ) não    c- ( ) não sabe se tem

10.1- Se existe PPP (Projeto Político Pedagógico), como foi construído?

---

---

---

11- Na sua escola existe Regimento Interno?  
a-( ) sim    b-( ) não    c- ( ) não sabe se existe

11.1- Se tem regimento interno, como foi construído?

---

---

---

12- Fale um pouco sobre a sua experiência como conselheiro (a) afirmando como é a sua atuação?

---

---

---

13- Você conhece alguma legislação que garante uma gestão democrática?

a-( )sim    b-( ) não

13.1- Se conhece fale sobre a (s) mesma(s):\_\_\_\_\_

---

---

---

DATA...../...../ 2015

VISTO DO PESQUISADOR

.....

**APÊNDICE K – Questionário E utilizado para coleta de dados.**



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

**CURSISTA : ANCELMO ANTÔNIO DE ALMEIDA ARAÚJO**  
**PESQUISA SOBRE, A PERCEPÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA NO CARIRI ORIENTAL E OCIDENTAL PARAIBANO- 2015.**

---

**QUESTIONÁRIO - E**

1-Sexo: a- ( ) Masculino      b-( ) Feminino    c- Idade:\_\_\_\_\_

2- Nível de Escolaridade: Ensino Fundamental\_\_\_\_\_ série/ano – Ensino Médio \_\_\_\_\_ série/ano.

3-Você acha que os alunos devem participar das decisões do funcionamento da escola?  
a-( ) sim    b-( ) não

4-Você sabe se na sua escola existe Conselho Escolar?  
a-( ) sim    b-( ) não    c-( ) não sei se existe Conselho Escolar

5- Se existe Conselho Escolar, você conhece os membros?  
a-( ) todos    b-( ) alguns    c-( ) nenhum

6- Sobre direitos e deveres do aluno você já teve oportunidade de participar da elaboração com os demais que fazem parte da escola?  
a-( ) nunca    b-( ) às vezes    c-( ) sempre

7-Na sua escola existe Regimento Interno?  
a-( ) sim    b-( ) não    c-( ) não sabe se existe  
7.1- Se tem regimento interno, como foi construído?

---



---



---



---

8-Na sua escola existe PPP ( Projeto Político Pedagógico)?  
a-( ) sim      b-( ) não    c-( ) não sabe se existe

8.1- Se existe PPP (Projeto Político Pedagógico), como foi construído?

---

---

---

---

9- No seu ambiente escolar, você percebe que é um lugar aberto para o diálogo?

a- ( ) Bom b- ( ) Ótimo c- ( ) Ruim d- ( ) Excelente e- ( ) Regular

Justifique a sua  
resposta: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

10- Você conhece alguma legislação que garante uma gestão democrática?

a- ( )sim b- ( )não

10.1- Se conhece Fale sobre a (s) mesma(s): \_\_\_\_\_

**APÊNDICE L – Tabelas de 1 a 8.**



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES  
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS  
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**Tabela1: Distribuição da percentagem dos seguimentos que participaram da pesquisa  
Gênero masculino e feminino.**

<b>Gêneros</b>	<b>% de professores</b>	<b>% de funcionários</b>	<b>% de gestores</b>	<b>% de conselheiros</b>	<b>% de alunos</b>
Masculino	29,5	25,8	41,7	22,2	42,0
Feminino	70,5	74,2	58,3	77,8	58,0

**Tabela 2: Distribuição da percentagem dos seguimentos que participaram da pesquisa  
por faixa-etária- Gênero masculino(M) e feminino (F).**

<b>Distribuição de idade</b>	<b>% de professores</b>		<b>% de funcionários</b>		<b>% de gestores</b>		<b>% de conselheiros</b>		<b>% de alunos</b>	
	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>F</b>
10-15	---		----		----		---		93,3	89,9
16-20	----		----		----		----		6,7	10,1
18-25	2,1	4,2	12,5	4,3	10	14,2	10	22,9	---	---
26-35	22,9	44,7	25	19,6	30	28,6	30	11,4	---	---
36-50	68,8	38,3	43,7	54,3	60	57,2	50	57,1	---	---
51-65	6,2	12,8	18,8	21,8	0	0	10	8,6	---	---

**Tabela 3. Distribuição da escolaridade dos professores.**

<b>Distribuição escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual da amostra</b>
Graduação completo	31	32,6
Graduação incompleto	10	10,5
Especialização completo	42	44,2

Especialização incompleto	8	8,42
Mestrado completo	2	2,1
Mestrado incompleto	1	1
Doutorado	0	0
Outros- Ensino fundamental	1	1
Total	95	100

**Tabela 4. Distribuição da escolaridade dos funcionários.**

<b>Distribuição de escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual da amostra</b>
1ª a 4ª série/ 5º ano completo	5	8,1
1ª a 4ª série/ 5º ano incompleto	5	8,1
5ª a 8ª série/ 9º ano completo	4	6,4
5ª a 8ª série/ 9º ano incompleto	20	32,3
Ensino médio completo	19	30,6
Ensino médio incompleto	6	9,7
Outros - Ensino superior	3	4,8
Total	62	100

**Tabela 5. Distribuição da escolaridade dos gestores**

<b>Distribuição escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual da amostra</b>
Graduação completo	8	33,4
Graduação incompleto	1	4,15
Especialização completa	12	50
Especialização incompleta	1	4,15
Mestrado completo	1	4,15
Mestrado incompleto	1	4,15
Doutorado	0	0

Total	24	100
-------	----	-----

**Tabela 6. Distribuição da escolaridade dos conselheiros.**

Distribuição de escolaridade	Frequência	Percentual da amostra
1ª a 4ª série/ 5º ano completo	4	8,9
1ª a 4ª série/ 5º ano incompleto	4	8,9
5ª a 8ª série/ 9º ano completo	5	11,1
5ª a 8ª série/ 9º ano incompleto	8	17,8
Ensino médio completo	6	13,3
Ensino médio incompleto	3	6,7
Outros- Ensino superior e pós-graduação	15	33,3
Total	45	100

**Tabela 7. Distribuição da escolaridade dos alunos**

Distribuição de escolaridade	Frequência	Percentual da amostra
5º ao 7º ano	144	50
8º e 9º ano	126	43,8
Ensino médio	18	6,2
Total	288	100

**Tabela 8. Calendário de reuniões do Conselho Escolar**

Indicador	Frequência	Percentual da amostra
Mensal	24	53,3
Bimestral	9	20
Outros	12	26,7
Total	45	100

